

panorama

inforegio

31

Outono de 2009

Alterações climáticas

respostas a nível regional

pt

EDITORIAL

Dirk Ahner

3

VISÃO GERAL

Alterações climáticas – reduzir as emissões hoje, adaptar-se para amanhã

4-7

ENTREVISTAS

Jeremy Rifkin – Chitra Nadarajah – Alain Hubert – Juergen Kropp

8-11

À VOLTA DA EUROPA

Güssing: o sonho verde compensa

12-13

NO TERRENO

Reunião, uma ilha com uma missão

14-16

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Alterações do FEDER – estimular investimentos em energia nos edifícios

17

TERRENO COMUM

Agir em conjunto em matéria de alterações climáticas

18-19

PARA SABER MAIS

20

ASSUNTOS REGIO

Um novo Comissário da Política Regional –
apresentação do Dr. Pawel Samecki

21

POR DENTRO DOS NOSSOS PROJECTOS

Popakademie, Mannheim – Centre for Nanohealth

22-23

TRABALHAR EM REDE

Comunicação – bom para o Planeta

24-25

ÚLTIMA EDIÇÃO, PRÓXIMA EDIÇÃO

26

DATAS E EVENTOS

27

28

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

Fotografias (páginas):

Capa: Istockphoto

Páginas 4, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 19, 24, 25: © EC

Páginas 5, 10, 24, 25, 26: © Istockphoto

Página 9: © Rebecca McDonnell

Página 10: © International Polar Foundation, R. Robert

Página 11: © Juergen Kropp

Página 12: © EEE GmbH

Página 18: © JCR

Página 22: © HorstHamann / Popakademie

Página 23: © CNH

Editor: Raphaël Goulet, Comissão Europeia, DG Política Regional

Esta revista é impressa, em papel reciclado, em alemão, francês e inglês.

Está disponível em linha em 21 línguas no seguinte endereço electrónico: http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/panora_pt.htm

As opiniões expressas na presente publicação vinculam apenas os seus autores e não reflectem, necessariamente, os pontos de vista da Comissão Europeia.



Alterações climáticas – impacto universal, efeitos regionais

O principal desafio que se coloca hoje ao Planeta é o impacto das alterações climáticas – uma ameaça mundial com muitos rostos diferentes. Desde inundações a secas, o modo como somos afectados pelas alterações que nos estão a atingir, e pelas que nos afectarão no futuro, varia consoante a região em que vivemos. E é a nível regional que temos de combater este impacto. Enquanto os governos se reúnem em Copenhaga na XV Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas para conseguirem acordos quanto à redução das emissões, as regiões estão a trabalhar para ajudar as pessoas a adaptarem-se às mudanças inevitáveis que vão ocorrer.

Tal como explica o economista e consultor político sobre alterações climáticas, Jeremy Rifkin, o desenvolvimento regional é fundamental neste contexto, porque é aí que os fundos são gastos. Entrevistámos Rifkin para conhecer melhor as suas ideias sobre o que há a fazer para conter a libertação de emissões e como a terceira revolução industrial baseada na geração de energia distribuída e não centralizada tem de começar, se quisermos ter possibilidade de manter as emissões a um nível de segurança.

Nesta edição de Panorama também analisámos as recentes alterações do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que pode agora apoiar edifícios residenciais que tenham um determinado desempenho energético. Se os Estados-Membros optarem por esta solução, podem ser libertados até 8 mil milhões de € para promover este objectivo vital.

Os impactos do aumento global da temperatura já chegaram. À medida que os padrões climáticos se tornam mais extremos e a saúde pública aguenta o embate de ondas de calor e novas doenças, é a Política Regional que é suficientemente flexível para apoiar os Europeus confrontados com o desafio da adaptação a uma situação em constante evolução.

Dirk Ahner

*Director-Geral, Comissão Europeia
Direcção-Geral da Política Regional*

«... é a nível regional que temos de combater o impacto das alterações climáticas»

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – REDUZIR AS EMISSÕES HOJE, ADAPTAR-SE PARA AMANHÃ

Sessenta e dois por cento dos europeus interrogados consideram que as alterações climáticas são o problema principal que o mundo enfrenta actualmente, uma ameaça que a Política Regional e a Comissão Europeia estão a levar muito a sério. A UE está a implantar medidas para criar alguma resistência aos efeitos das alterações climáticas e para reduzir os níveis de emissões.

A revista Panorama examina estas medidas e pondera as implicações das alterações climáticas e como as políticas e as acções adoptadas no terreno se podem combinar para fazer frente ao impacto das emissões já libertadas e para reduzir os níveis futuros.

Energia para a mudança

Estamos numa encruzilhada em que «nada mudar» simplesmente não constitui uma opção. O caminho a seguir implica repensar totalmente como nos abastecemos, utilizamos e conservamos a energia e os recursos naturais – factores essenciais para refrear as alterações climáticas e contribuir para um desenvolvimento mais sustentável.

Esta reavaliação radical pode igualmente dotar a UE de meios para sair da recessão económica, aproveitando o que começa a ser considerado como a terceira revolução industrial – o rápido desenvolvimento de um sistema de energia completamente novo.

Os especialistas recomendam uma viragem maciça para uma economia de baixo carbono: sistemas de electricidade limpa, muito menor consumo de energia e maior utilização de energias renováveis, incluindo para alimentar os nossos sistemas de transportes. Portanto, a questão que se coloca é saber como a UE pode converter o desafio das alterações climáticas numa oportunidade?

Energia limpa – fortalecer a economia

Actualmente, o maior recurso às fontes de energia renováveis já criou na Europa mais de 300 000 postos de trabalho no sector. Para vencer a recessão económica a UE está a incentivar os seus membros a investirem mais na eficiência energética, em tecnologias e transportes limpos, em conexões de energia e nas redes de banda larga.

Dos fundos atribuídos no quadro da Política de Coesão, mais de 65 % (230 mil milhões de €) estão afectados a investimentos em quatro áreas prioritárias: pessoas (empregos), actividades empresariais, infra-

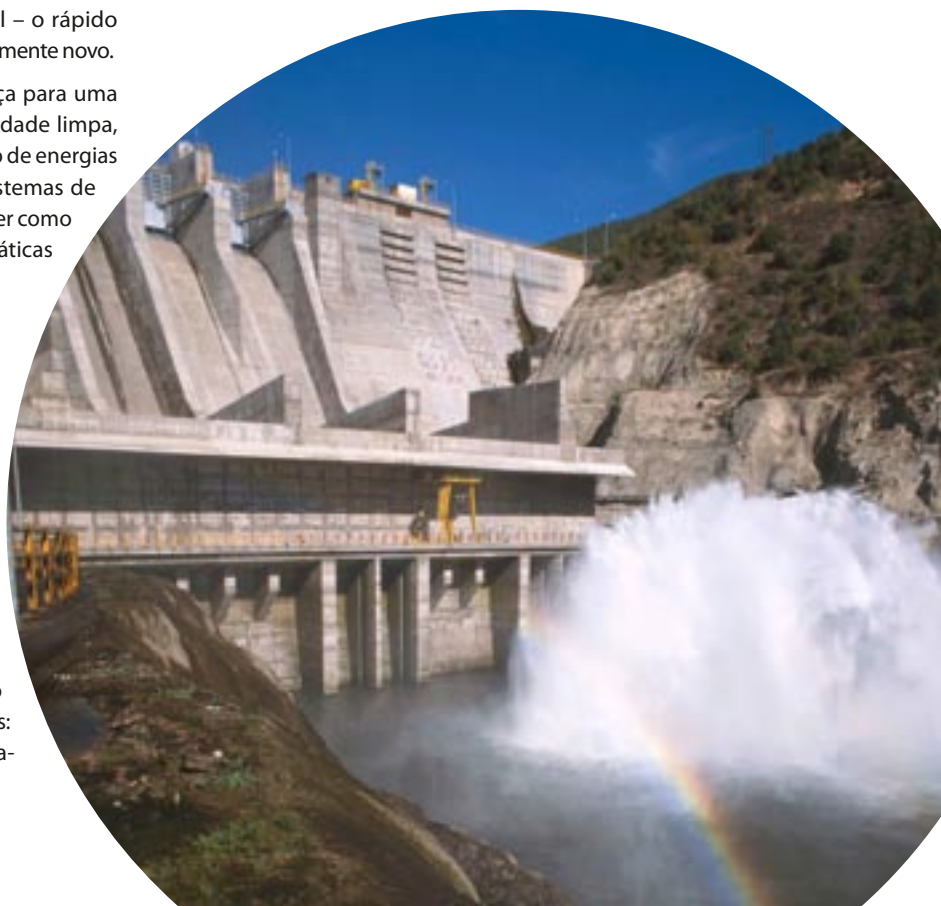
Em Maio deste ano, o **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional** (FEDER) foi alterado a fim de alargar o âmbito do apoio a investimentos em energia nos edifícios. Agora inclui os investimentos em eficiência energética e energias renováveis no sector da habitação para todos os países da UE. Tal pode chegar a 4 % da dotação total do FEDER, o que significa que podem ser dedicados à eficiência energética e às energias renováveis no sector residencial até 8 mil milhões de € se os Estados-Membros optarem por reafectar fundos a estas prioridades. (Ver página 17 para mais informações)

-estruturas e energia e investigação e inovação. Esta focalização é fundamental, porque estas prioridades contribuirão para uma recuperação mais rápida, para aumentar a competitividade e para ajudar a União a adaptar-se a uma economia de baixo carbono.

É evidente que as fontes de energia renováveis, as redes eléctricas inteligentes, os veículos eléctricos e a hidrogénio, a tecnologia das baterias e os produtos e serviços com desempenho energético serão os sectores de crescimento das próximas décadas.

A UE na linha da frente deste mercado emergente

A UE está bem colocada para beneficiar plenamente desta mudança, porque já instalou energias renováveis. É na UE que estão os líderes mundiais no domínio das energias renováveis e



agora tem de usar o seu lugar da frente como trampolim para as tecnologias de baixo carbono e mais eficiências. O elemento fundamental para conseguir este objectivo é a investigação.

O recente Plano Estratégico para as Tecnologias vai coordenar o financiamento e a investigação neste domínio para otimizar o seu potencial. O esforço público, a indústria europeia e os investigadores já estão reunidos no quadro de seis iniciativas industriais europeias: energia eólica, solar, bioenergia, captura e armazenamento de carbono, redes inteligentes de electricidade e fusão nuclear.

A Política de Coesão investe 105 mil milhões de € em:

- investigação, tecnologia e eco-inovação, incluindo o financiamento de PME (3 mil milhões de €);
- economia de baixo carbono, investindo em transportes e energia sustentáveis (48 mil milhões de €);
- ajuda a todos os países da UE para cumprirem a legislação ambiental (54 mil milhões de €, dos quais 28 mil milhões serão gastos na gestão de resíduos e da água).

Reservas de energia para um novo século

Não temos de ficar dependentes da energia que nos alimentou no passado. A cidade de **Kistelek**, na Hungria, recebeu quase 1,6 milhões de € (2004–06) de fundos de desenvolvimento regional para explorar **energia geotérmica**. O resultado é que oito instituições públicas estão a ser abastecidas com energia geotérmica a um preço mais barato do que o fornecimento de gás e o projecto serve igualmente de bom exemplo para outros governos locais ponderarem a instalação de sistemas idênticos.

O funcionamento do sistema não exige grande supervisão e foi possível substituir o obsoleto aquecimento a gás por uma tecnologia mais barata e respeitadora do ambiente, de que resultou uma poupança de cerca de 10 % para assegurar o abastecimento de aquecimento às instituições em causa, ao mesmo tempo que se reduziu a poluição na zona.

Em **Brandeburgo**, Alemanha, foram investidos quase 8 milhões de € de fundos regionais na construção de uma fábrica da **Odersun**, uma empresa que fabrica células solares e que forneceu as que alimentaram o Parque Olímpico de Pequim. Esta empresa especializou-se em **células solares** de película fina em fita de cobre. A liberdade da sua concepção e aplicação permitiu que as células fotovoltaicas fossem usadas em mais situações, permitindo mais aplicações da energia solar.

A promoção da eficiência energética e a aceitação de produtos verdes é um dos objectivos principais do Plano Europeu de Relançamento Económico, que define a resposta da UE à crise económica, conduzindo-nos para uma economia criativa baseada no conhecimento.

Adaptação às alterações climáticas

Embora existam políticas e financiamentos para abrandar o ritmo das emissões de gases com efeito de estufa, as que já foram libertadas são suficientes para ter um impacto significativo no nosso clima. Em Abril de 2009 a Comissão apresentou um Livro Branco sobre a Adaptação às Alterações Climáticas, para salientar o caminho a seguir para reduzir a vulnerabilidade da UE aos impactos das alterações climáticas. Uma vez que muitos destes impactos dependem da geografia local, as medidas de adaptação terão frequentemente de ser realizadas a nível nacional ou regional.

As regiões mais vulneráveis da UE estão no Sul da Europa, na bacia do Mediterrâneo e nalgumas das regiões nas fronteiras extremas da UE e do Ártico. As planícies inundáveis, os glaciares, as ilhas e as zonas costeiras também terão problemas específicos.

Pessoas e organizações que normalmente não trabalhariam umas com as outras são reunidas pelo financiamento da Política Regional, dando origem a uma cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional. As inundações, os incêndios florestais e outras catástrofes resultantes das alterações climáticas não param nas fronteiras. É especialmente aqui que reside o valor acrescentado da Política Regional.



Compreender como se prevêem as alterações climáticas

Se nos quisermos preparar para as consequências do impacto provável de acontecimentos climáticos extremos, é essencial possuir informação adequada. Felizmente, a investigação está cada vez mais aperfeiçoada. Eis uma explicação dos três cenários normalmente mais referidos:

- No cenário A1 adoptamos uma abordagem do tipo «nada mudar» e continuamos a centrar-nos na inovação rápida e numa elevada rotação de capital, com pouca preocupação com a sustentabilidade – é o pior cenário.
- O cenário B2 é o oposto. Seria este o caso se puséssemos em acção medidas para atender às nossas preocupações e nos tornássemos de facto uma cultura de baixo carbono e sustentável – o melhor cenário.
- O cenário A2 é o que a maior parte dos investigadores europeus usa, um mundo em que ainda nos concentramos no comércio livre, mas trabalhamos para ser sustentáveis – é um cenário intermédio.

Não há alternativa, é preciso adaptar-se

No início do século XXI estamos a observar, pela primeira vez, que o modo como usamos os recursos da Terra tem um impacto fundamental e negativo nos ciclos físicos do Planeta – a água, o azoto, os ciclos do oxigénio e, sobretudo, o ciclo do carbono estão a ser afectados pelos seis mil milhões de pessoas que vivem actualmente no Planeta.

As alterações climáticas terão impacto em cada um de nós e também nas espécies com que partilhamos o Planeta. A seguir apresentam-se três das áreas fundamentais que serão substancialmente afectadas pelas alterações climáticas e aquilo que a UE e a Política Regional estão a fazer para ajudar os Europeus a adaptarem-se a estes efeitos:

ÁGUA

Prevê-se que as alterações climáticas conduzam a importantes alterações no acesso à água em toda a Europa, com escassez crescente de água principalmente no Sul da Europa e maior risco de inundações na maior parte do continente.

Pelo menos 11 % da população da Europa e 17 % do seu território foram afectados até hoje pela escassez de água. Tendências recentes revelam um aumento significativo da escassez de água em toda a Europa.

Desde 1998 as inundações na Europa causaram cerca de 700 mortos, a deslocação de cerca de meio milhão de pessoas e pelo menos 25 mil milhões de € em prejuízos económicos cobertos por seguro. O custo económico das inundações costeiras é estimado em 18 mil milhões de € num cenário de um aumento de 50 cm do nível do mar, mas a adaptação pode reduzir significativamente os danos para mil milhões de € por ano.

As estratégias de adaptação dependerão do âmbito dos regulamentos nacionais e europeus relativos à água, juntamente com o modo como a gestão da água pode ser integrada noutras políticas, como as que regem a agricultura e a energia. Devem ser integradas medidas de curto prazo em todas as políticas relacionadas com a água e o ordenamento do território e a UE apoiará a partilha de informações e incentivos para o sector privado e o investimento público.

Um exemplo em que os fundos regionais estão a provocar mudanças no terreno é o projecto do risco de inundações do Danúbio, «Cooperação Transnacional», que faz parte do programa «Cooperação Territorial Europeia» do Sudeste da Europa (SEE). Este projecto reúne cientistas, funcionários públicos, ONG e outras pessoas interessadas em desenvolver um sistema de mapas de risco de inundações para as planícies inundáveis do rio e constitui um exemplo claro de como os fundos regionais podem incentivar a cooperação internacional. De um orçamento total de 6,5 milhões de €, 5,1 milhões são contribuição do FEDER.

SAÚDE PÚBLICA

O impacto das alterações climáticas na saúde pública é muito grande. Há vários factores que entram em jogo, todos agravados pela tendência demográfica de envelhecimento da população.

Primeiro, as mortes relacionadas com o calor. Se as temperaturas aumentarem 2°C, pode assistir-se a um aumento de 2–3 vezes o número de mortos em zonas urbanas. Se continuarmos a aderir ao comércio livre mas dermos alguma atenção à sustentabilidade, poderemos assistir a um aumento anual de 2 100 das 100 000 mortes anuais relacionadas com o calor. Tendo em conta a diminuição das mortes relacionadas com o frio, o efeito líquido é de mais 86 000 mortos por ano.

O segundo factor é o acesso à água e a sua qualidade. Em 2070 o número de pessoas afectadas por restrições de água pode situar-se entre 16 e 44 milhões.

O terceiro é o aumento de doenças relacionadas com a alimentação e com os animais que levam doenças para regiões anteriormente não afectadas – doenças normalmente associadas aos climas mais quentes do Norte de África ou das regiões meridionais da Europa estão agora a deslocar-se. As primeiras alterações detectáveis na saúde humana podem muito bem ser devidas a alterações da variação geográfica (latitude e altitude) e à sazonalidade de certas doenças infecciosas – nomeadamente infecções transmitidas por um agente como a malária e a febre de dengue e infecções transmitidas por alimentos (por exemplo a salmonelose), que surgem sobretudo nos meses mais quentes.

Finalmente, a qualidade das infra-estruturas de cuidados de saúde, que é muito desigual em toda a UE. A Europa mediterrânica tem o menor número de camas de hospitais por 2 000 habitantes e no entanto será a mais exposta aos riscos de saúde associados às alterações climáticas.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Durante o Verão de 2003 e de 2004, Espanha, Portugal, França, Itália e Grécia foram atingidos por enormes incêndios florestais. A causa do aumento de risco reside numa matriz complexa de crescimento urbano desordenado, desenvolvimento pouco controlado das zonas rurais, má gestão das florestas e aumento de visitantes em áreas sensíveis.

Se nos basearmos nas alterações climáticas e no seu impacto – meses mais quentes e mais secos – torna-se evidente que são absolutamente necessárias estratégias de adaptação que incluem o melhoramento da biodiversidade das regiões.



O que temos de enfrentar?

Os resultados de modelos mostram ser provável que a temperatura média anual na Europa aumente mais do que a temperatura média global. Até ao final deste século prevê-se que a temperatura média anual na Europa suba entre 2,5–5,5°C no cenário A2 e 1–4°C no cenário B2. Algumas regiões podem ter aumentos de temperatura inferiores ou superiores à média.

No cenário A2, o aumento da temperatura nalgumas regiões da Europa pode ser apenas de 2°C ou mesmo superior aos 7°C dos cenários. O Sul da Europa será o mais afectado, com aumentos consistentes da temperatura entre 3°C e mais de 7°C e com um aquecimento ainda maior no Verão. No Norte da Europa haverá aumentos de temperatura de menos de 2°C e até 4°C, dependendo do cenário e da região, principalmente com Invernos menos frios. As temperaturas extremas diminuirão no Inverno, mas aumentam no Verão.

A adaptação à ameaça dos incêndios florestais inclui a necessidade de aumentar a sensibilização dos cidadãos. O projecto INCENDI, convenientemente designado, destinou-se a informar o público e a analisar o modo como as políticas combatem a ameaça de fogos. Este projecto, que beneficiou de mais de 4 milhões de € de fundos do desenvolvimento regional, reuniu regiões de alto risco da região euromediterrânica para apoiar os testes e o melhoramento das políticas regionais relativas aos incêndios florestais e organizar a base de uma futura política à escala do Mediterrâneo.

Muitas regiões fronteiriças europeias chegaram a acordo sobre planos de urgência transfronteiriços e partilha de equipamentos caros de luta contra o fogo e de salvamento no caso de incêndios florestais ou de inundações. Os programas INTERREG e de Cooperação Territorial Europeia desempenharam um importante papel catalisador neste processo.

A UE está a agir para reduzir as emissões

Embora tenhamos de lidar com os efeitos das emissões do passado, o imperativo neste momento é reduzir os níveis actuais. O nível de emissões é a chave para atenuar o aquecimento global e reduzir o impacto das crises referidas acima.

O **Pacote no domínio da energia e das alterações climáticas** demonstra o empenho da UE em estabelecer metas ambiciosas para a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Este pacote, aprovado em Dezembro de 2008, prevê que a UE determine uma redução das suas emissões de gases com efeito de estufa de 20 % em relação aos níveis de 1990; aumente a quantidade de energia de fontes renováveis passando dos actuais 8 % para 20 % e melhore os níveis de eficiência energética em 20 %, o que significa uma redução do consumo de 13 % em relação a 2006 – tudo até 2020.

Um aspecto fundamental deste acordo é o reconhecimento de que as políticas relativas à energia e às alterações climáticas



devem andar a par. O acordo salientou a necessidade de uma «acção decisiva e imediata» em matéria de alterações climáticas e sublinhou «a importância fundamental de atingir o objectivo estratégico de limitar o aumento da temperatura média global a não mais de 2°C acima dos níveis pré-industriais».

A abordagem a adoptar entre 2012 e 2020, no que se refere às emissões, foi clarificada por uma nova proposta que torna o regime de comércio de emissões em que a indústria tem de adquirir créditos para emitir CO₂ mais robusto e mais transparente. A nova **Directiva relativa às fontes renováveis de energia** já vai neste sentido, tornando legalmente vinculativas as obrigações de utilização de 20 % de energias renováveis no cabaz energético da UE e de 10 % dos combustíveis de transportes serem biocombustíveis até 2020.

O que está a ser feito no terreno

Embora sejam os políticos a decidir a fixação das metas, a determinar como atingi-las e a financiar a mudança, haverá uma alteração importante do estilo de vida para se atingirem as reduções necessárias.

Em toda a Europa as pessoas estão a despertar para a necessidade de agir já. Os urbanistas estão a criar «cidades verdes» reconhecidas pelo Prémio Europeu da Capital Verde. Estocolmo, que pretende livrar-se dos combustíveis fósseis até 2050, e Hamburgo, que visa reduzir as suas emissões em 80 % também até 2050, são ambas orgulhosas vencedoras.

No Leste de Inglaterra, o tema do «Crescimento económico de baixo carbono» está presente em todo o programa para a competitividade e emprego da região. A região reconhece o potencial do programa para estar na linha da frente da concepção e inovação. Abrange o desenvolvimento de novas formas de responder ao imperativo da redução de emissões, desde iniciativas de baixo carbono até ao incentivo de tecnologias limpas e aos sectores de energias renováveis. Foram investidos 73 milhões de € de fundos regionais no seu programa.

O Pacto dos Presidentes de Câmara tenciona ultrapassar as metas ambiciosas estabelecidas no Pacote Energético. Oitenta por cento da população vive em cidades e é aí que é consumida até 80 % da energia. Admitindo que as autoridades locais têm um papel central a desempenhar para atenuar as alterações climáticas, o Pacto dos Presidentes de Câmara cria projectos concretos em cidades pioneiras para reduzir as emissões através de maior eficiência energética e da produção e utilização de energias mais limpas.

As cidades que aderem aceitam ser monitorizadas e que seja comunicado às outras cidades como estão a avançar. Da Argentina à Ucrânia, organismos públicos urbanos estão a trabalhar no sentido de mudar os padrões de vida das suas cidades.



JEREMY RIFKIN

Consultor da UE e Presidente da Mesa Redonda de PDG Mundiais da Terceira Revolução Industrial.



«Pensar globalmente e agir localmente»: que mudanças estratégicas devem as autoridades públicas promover para assegurar um desenvolvimento mais sustentável num mundo com recursos naturais limitados?

Nunca a frase «Pensar globalmente e agir localmente» foi mais importante. Temos pela frente três desafios sem precedentes: a segunda revolução industrial, em que assenta a nossa economia, está a desagregar-se; estamos no declínio da idade dos combustíveis fósseis e o impacto em tempo real das alterações climáticas na agricultura significa que temos mil milhões de pessoas à beira da fome. A crise do crédito é apenas um indicador de que o actual modelo económico é insustentável. Se fossem precisas mais provas, bastava olhar para o que acontece quando o barril de petróleo aumenta para mais de 147 dólares e paralisa toda a economia. Precisamos de uma nova visão económica e de uma estratégia suficientemente poderosa para fazer frente a esta tripla ameaça.

A UE aceita metas ambiciosas de redução de 400-450 partes por milhão em volume (ppmv) pensando que ao fazê-lo, juntamente com o resto do mundo, o aumento da temperatura será cerca de 2°C. Mas há agora novos dados que demonstram que isto é muito optimista e que de facto esse aumento se situará mais provavelmente nos 6°C, o que implica o fim da nossa espécie no próximo século.

A maior fonte de emissões de carbono são os edifícios. É preciso acabar com isso – cada edifício tem de ser o seu próprio gerador de energia. Existe em cada pequeno espaço do Planeta uma fonte de energia renovável: solar, eólica, geotérmica, calor gerado por resíduos, marés e energia hidroeléctrica, para citar apenas algumas. E actualmente possuímos as tecnologias para armazenar os excedentes, a fim de manter o abastecimento constante, e temos o exemplo de um sistema de rede de distribuição na forma como utilizamos a Internet e os computadores que lhe estão ligados. Já não existe qualquer barreira a um sistema completamente distribuído.

As revoluções acontecem quando convergem novas formas de energia com novos modos de comunicação: a escrita desenvolveu-se quando nos tornámos camponeses, começámos a imprimir quando descobrimos o vapor e quando passámos para fontes de energia centralizadas na forma de combustíveis fósseis e urânio passámos também para formas de comunicação centralizadas, com grandes gigantes de telecomunicações por detrás dos nossos telefones e faxes. Agora temos a Internet e as pessoas podem de facto pensar globalmente e agir localmente. Quando contactam amigos no outro lado do Planeta, mil milhões de pessoas estão a agir localmente. O que procuramos agora é que a energia distribuída evolua em paralelo com as comunicações distribuídas – a terceira revolução industrial e única forma de sair da situação em que nos encontramos.

Se pudesse fazer uma única mudança a nível mundial quanto ao modo como estamos a trabalhar actualmente, qual seria?

Uma coisa que tem de ser feita imediatamente é alavancar fundos públicos com empresas privadas para produzir uma nova visão económica – uma estratégia coerente que defina uma nova infra-estrutura económica para a distribuição de energia.

As oportunidades empresariais são enormes. Há muitos empregos à espera de serem criados na construção de novos edifícios, em instalações de armazenamento de hidrogénio, no desenvolvimento de novos sistemas de rede do século XXI. E os transportes estão a chegar, com os principais fabricantes de automóveis a negociar acordos com os grandes fornecedores de electricidade até 2014, altura em que começaremos a ver chegar ao mercado os primeiros carros carregados electricamente. Basta ligá-los em casa, carregá-los com a energia gerada pelo próprio edifício e podemos partir. Além disso, pode recorrer-se ao excedente de energia gerado por outros edifícios ao longo do percurso. Distribuição inteligente, produção local. A soma de milhares de milhões de pequenos geradores a contribuir para um sistema de rede descentralizado produz muito mais energia do que as velhas e barulhentas centrais eléctricas que nos colocam à beira da extinção.

E desta vez o mundo em desenvolvimento pode sair vencedor, porque a energia solar muitas vezes está mesmo à sua mão e 30 % não entra em qualquer rede, por isso não se reinventa nada. Eles estão mais bem posicionados para adoptar tecnologias novas e limpas recorrendo a parcerias Norte/Sul.

Conseqüiremos fazê-lo a tempo?

Não sei se seremos suficientemente rápidos. Precisamos de uma mudança da consciência humana, que passe de uma percepção geopolítica para a biosfera. A maior parte da Europa atravessou o século das luzes na altura da transição do período medieval para a industrialização. E agora precisamos de uma nova base filosófica. Quando os padrões de comunicação e da energia mudarem ao mesmo tempo, temos um catalisador para uma nova consciência e para aqueles que dominarem a Internet, o mundo é um lugar interligado. Vivemos num Planeta habitado por civilizações profundamente divididas e a única coisa que temos em comum é a biosfera.

Do que precisamos é de uma visão económica híbrida, baseada nos sistemas de tecnologias da informação do século XXI. Esta visão tem de se tornar real através de compromissos honrados pelos governos de investirem capital financeiro acompanhados de idênticos compromissos da sociedade de investir capital social. E isso tem de ser já.

CHITRA NADARAJAH

Chitra Nadarajah, responsável pelo ambiente no Conselho Municipal de Hampshire



Chitra Nadarajah, responsável pelo ambiente no Conselho Municipal de Hampshire, foi antes gestora do projecto SPACE, um projecto inovador de cinco anos do INTERREG sobre o ordenamento do território e a adaptação.

«Pensar globalmente e agir localmente»: que mudanças estratégicas devem as autoridades públicas promover para assegurar um desenvolvimento mais sustentável num mundo com recursos naturais limitados?

As autoridades públicas têm responsabilidades no ordenamento do território a uma série de níveis, do nacional ao local. O ordenamento do território tem um papel fundamental em reunir exigências concorrentes sobre o modo de gerir e utilizar a terra e os recursos naturais, ambos sujeitos a pressão de várias origens, nomeadamente o rápido desenvolvimento económico, o crescimento da população e mais recentemente as alterações climáticas. Precisamos de começar a adaptar-nos hoje a estas condições de mudança, para assegurar que os nossos sistemas sociais, económicos e ambientais estão bem preparados para os inevitáveis impactos das alterações climáticas. A adaptação é mais importante a nível local e por isso as autoridades públicas locais estão mais bem posicionadas para agir como líderes comunitários e defender a política e a acção em matéria de alterações climáticas a nível local.

Reconhecendo o papel essencial do ordenamento do território, um grupo de parceiros transnacionais juntou-se para executar um projecto inovador de cinco anos – SPACE (European Spatial Planning: Adapting to Climate Events), financiado pelo programa INTERREG IIIB da Comissão Europeia para a Europa do Noroeste, pela parceria SPACE e pelo Departamento para as Comunidades e Governo Local.

O projecto SPACE influenciou a filosofia e a prática do ordenamento do território ao recomendar como integrar a adaptação às alterações climáticas nas políticas, processos e práticas de ordenamento do território. A estratégia final do projecto, «Planear num Clima em Mudança», faz 14 recomendações sobre como integrar no ordenamento do território a adaptação às alterações climáticas. Os três princípios básicos da estratégia são:

- Fazer da adaptação às alterações climáticas um objectivo fundamental do ordenamento do território
- Prever para além do período de vida do plano de ordenamento através da compreensão dos riscos climáticos
- Combinar abordagens de mudança e de gestão de riscos para integrar a adaptação no ordenamento do território

Se pudesse fazer uma única mudança a nível mundial quanto ao modo como estamos a trabalhar actualmente, qual seria?

Embora a adaptação seja uma componente crítica da resposta às alterações climáticas, essa adaptação vai ser cada vez mais difícil e insustentável à medida que os impactos se agravam. É fundamental por isso que a redução das emissões de gases com efeito de estufa seja uma prioridade principal. Por conseguinte, o primeiro diploma que aprovaria seria para dar apoio político ao desenvolvimento e integração de tecnologias de baixo carbono. Sem uma política forte, liderança, apoio e financiamento por parte dos governos a passagem para as tecnologias de baixo carbono não se fará com a rapidez suficiente para reduzir os riscos das alterações climáticas. Também não é provável que as tecnologias de baixo carbono se tornem comercialmente viáveis dentro do período necessário sem intervenção governamental.

Pensa que a mudança de comportamentos pode contribuir para dar resposta às alterações climáticas?

A mudança de comportamentos é uma componente essencial da resposta às alterações climáticas, mas deve ser incentivada, apoiada e regulamentada. Por exemplo, o abandono do uso do carro privado a favor dos transportes públicos precisa de ser apoiado por uma boa infra-estrutura de transportes públicos, que seja económica e eficaz (isto é, boa cobertura geográfica, boas ligações entre diferentes tipos de transportes, sem gastar demasiado tempo, etc.). Também não acredito que se verificará uma grande mudança de comportamentos sem incentivo e regulamentação para a encorajar, por exemplo incentivos fiscais e sanções e novas estruturas de preços.



ALAIN HUBERT

Presidente e fundador da International Polar Foundation (IPF) e autor e iniciador do projecto Estação Princesa Elisabete na Antárctica.



«Pensar globalmente e agir localmente»: que mudanças estratégicas devem as autoridades públicas promover para assegurar um desenvolvimento mais sustentável num mundo com recursos naturais limitados?

A primeira coisa que as autoridades públicas deviam fazer para poderem ser tomadas medidas a nível local é dar mais poder, meios e independência às regiões e às cidades, porque é aí que vive a maior parte dos habitantes do mundo. As cidades são claramente a linha da frente da batalha pela sustentabilidade.

Nas cidades do mundo desenvolvido, o consumo e a produção de energia constituem importantes desafios. Por sua vez, as cidades do mundo em desenvolvimento têm de se adaptar ao rápido crescimento urbano, controlar a poluição atmosférica, fornecer as infra-estruturas essenciais e lidar com condições sanitárias inadequadas.

As autoridades públicas têm de assegurar meios para as autoridades municipais atingirem objectivos precisos na próxima década. As pessoas do mundo desenvolvido que são responsáveis por grande parte do aquecimento global, têm de pensar que agir significa participar numa nova dinâmica económica e social. Os países desenvolvidos têm de agir e apoiar o mundo em desenvolvimento sem esperar que eles sigam os mesmos passos.

Temos de nos lembrar que não existe uma solução global de longo prazo sem uma alteração drástica dos nossos hábitos de consumo de energia e que só é possível uma mudança de comportamento durável através da educação e de campanhas positivas, a começar a nível local.

Se estivesse em posição de tomar hoje uma decisão executiva, qual era o primeiro diploma que aprovaria?

Se a União Europeia quer dar um exemplo, precisa de fixar uma meta de redução de 80 % das emissões de gases com efeito de estufa até 2030. A Europa possui todos os meios para iniciar uma revolução industrial verde, desde a disponibilidade de tecnologias até uma opinião pública madura.

Para atingir estas metas serão necessários não só limites e comércio de emissões, mas também verdadeiros incentivos e desincentivos que não podem ser ignorados: impor gradualmente taxas mais elevadas sobre as emissões de dióxido de carbono e ao mesmo tempo estimular e incentivar iniciativas

mais alternativas, mediante subvenções à investigação dirigida e benefícios para os chefes de família.

Também precisamos de incentivos para promover investimentos em empresas verdes. São os investidores institucionais que temos de visar para esta mudança e não apenas os PDG das empresas que, ainda que tenham a visão e queiram agir, têm igualmente de gerar lucros para os seus accionistas.

Em Março de 2009 foi inaugurada a estação de investigação Princesa Elisabete Antárctica, a primeira estação do mundo com «zero emissões». Qual a importância para a International Polar Foundation (IPF) de optar pelo desenvolvimento sustentável na longínqua Antárctica?

O estudo das regiões polares é essencial para compreendermos melhor o sistema climático da Terra.

Recorrendo às tecnologias verdes disponíveis, a estação funciona com fontes de energia renováveis, técnicas de habitação passivas, um sistema completo de tratamento da água e uma rede inteligente para reduzir o consumo de energia e atingir a meta de zero emissões. Na sequência do Protocolo de Madrid, minimizamos o impacto sobre o ambiente utilizando energias mais limpas, que são mais limpas para nós e para o Planeta.

Ao adoptarmos esta abordagem mostrámos que com a ambição, perseverança e saber-fazer das nossas sociedades temos capacidade para dar resposta e combater as alterações climáticas de forma construtiva. Se é possível o objectivo de zero emissões no clima extremo da Antárctica, também deve ser possível em qualquer outra parte do mundo.

« A Europa possui todos os meios para iniciar uma revolução industrial verde, desde a disponibilidade de tecnologias até uma opinião pública madura »



Dr. JUERGEN KROPP

Director do Grupo Norte-Sul composto por 30 cientistas do Instituto de Potsdam de Investigação sobre o Impacto Climático, que tem como objectivo conciliar a adaptação, redução e desenvolvimento sustentável.



«Pensar globalmente e agir localmente»: que mudanças estratégicas devem as autoridades públicas promover para assegurar um desenvolvimento mais sustentável num mundo com recursos naturais limitados?

Falando franca e resumidamente: precisamos de um processo novo de tomada de decisões. Este deve incluir uma avaliação ambiental estratégica que tenha em conta os aspectos a longo prazo das decisões políticas e das alterações climáticas e pensar em termos latos, em vez de números precisos.

O estilo actual de tomar decisões baseia-se, pelo menos aparentemente, em conclusões quantitativas explícitas. Considerando a complexidade da natureza e do ambiente temos de aceitar que podemos ter de trabalhar apenas com previsões precárias e precisas.

As alterações climáticas irão constriar as condições de vida numa série de regiões em todo o mundo. A dimensão deste desafio pode tornar-se mais clara com um simples exemplo: no final da última era glacial, há cerca de 18 000 anos, a temperatura média mundial subiu ~8°C em 5 000 anos. Actualmente, no pior cenário, a temperatura poderá subir até 5-6°C apenas em 100 anos – uma mudança pelo menos 25 vezes mais rápida do que o anterior grande aquecimento. A questão é se as nossas sociedades altamente diversificadas, as nossas infra-estruturas, a agricultura ou os ecossistemas são ou não capazes de enfrentar os efeitos adversos de uma alteração tão rápida. É absolutamente necessário estarmos preparados para o que aí vem.

Se estivesse em posição de tomar hoje uma decisão executiva, qual era o primeiro diploma que aprovaria?

De um modo geral sugeria uma organização mais dinâmica do planeamento e da elaboração das políticas. Actualmente o processo de tomada de decisões é demasiado estático para responder adequadamente às catástrofes relacionadas com o clima. Por exemplo, assistimos à reconstrução de habitações nas mesmas zonas sujeitas ao risco, muitas vezes porque existem planos de urbanismo legalmente vinculativos que não podem ser alterados facilmente. Neste caso precisamos de uma mudança de paradigma, por exemplo, a elaboração de elementos compensatórios que permitam a deslocação de residências ou indústrias de regiões mais sujeitas a risco para outras mais seguras.

Se fosse responsável pela energia, poria claramente em vigor estratégias de transição que abrissem caminho para uma produção sustentável. Deve ser claro que as emissões de hoje são problemas de amanhã.

Se fosse responsável pelas questões do desenvolvimento, gostaria de garantir que os países em desenvolvimento tinham um acesso justo a tecnologias sustentáveis.

Se fosse responsável pelo planeamento regional sugeria uma infra-estrutura que apoiasse a partilha de informações e os intercâmbios. Os diferentes intervenientes têm muitas vezes problemas semelhantes em relação às alterações climáticas, mas não partilham experiências nem conhecimentos. Isto provoca custos de análise e interpretação dos dados, que podiam ser consideravelmente reduzidos, por exemplo através de uma plataforma web que fornecesse a informação de modo interpretável e transferível.

Espero que os governos assumam as suas responsabilidades no que diz respeito a estas questões e que possa haver progressos na Cimeira de Copenhaga, a realizar ainda este ano. É absolutamente necessário – a Humanidade não tem alternativas.

Em relação às alterações climáticas, o que espera para a próxima década?

Sem dúvida que possamos evitar ultrapassar a meta dos 2°C e garantir condições de vida seguras para toda a gente. Não é uma tarefa fácil, embora esta meta de não ultrapassar um aumento da temperatura de 2°C até ao final do século XXI seja agora aceite por cerca de 100 países. No entanto, o tempo para tomar medidas é curto, porque temos de resolver uma série de coisas ao mesmo tempo.

Uma equipa de investigação internacional, que inclui cientistas do nosso Instituto, calculou que não ultrapassar a meta dos 2°C implica duas coisas: que temos de estabilizar as emissões em 2010 e que a seguir teremos de reduzi-las em 2 % ao ano. Isto parece exequível se a Conferência de Copenhaga definir este mandato – que é sinceramente o que desejo. Se apenas conseguirmos estabilizar as emissões por volta de 2020, já é necessária uma redução por ano de 6 % para mantermos a meta dos 2°C – mais do que um Protocolo de Quioto por ano.

Considerando os papéis dos diferentes países, a equidade implica olharmos para as emissões *per capita*. Um cidadão dos EUA emite ~24 toneladas de CO_{2eq} *per capita* por ano, um chinês apenas 4 e um europeu 10-12, enquanto um residente nos países mais pobres e menos desenvolvidos emite apenas ~0,1 tonelada de CO_{2eq}. Até 2050 devia atingir-se uma emissão *per capita* de 2 toneladas de CO_{2eq} por ano para não ultrapassarmos a meta de 2°C. Os números mostram onde é preciso agir.

Espero que os governos assumam as suas responsabilidades no que diz respeito a estas questões e que possa haver progressos na Cimeira de Copenhaga a realizar ainda este ano. É absolutamente necessário – a Humanidade não tem alternativas.

GÜSSING: O SONHO VERDE COMPENSA

Em 15 anos, a cidade de Güssing, no Sudeste da Áustria, passou de uma situação de declínio económico para uma cidade próspera e virada para o futuro, com base nas energias renováveis. A cidade tornou-se auto-suficiente no domínio do aquecimento e da electricidade e obtém mais receitas graças à venda dos excedentes. Em 2005 estes atingiram 13 milhões de €. Foram as tecnologias de ponta e o empenhamento das autoridades locais, especialmente do Presidente da Câmara Peter Vadasz, que impulsionaram o ritmo de mudança e deram fama a Güssing em todo o mundo.

Programas de energias renováveis em Güssing

Duração 2000–06

- 15,8 milhões de € do FEDER
- 20,9 milhões de € de organizações/autoridades participantes
- 5,1 milhões de € de fundos nacionais

O «Biomass Energy Register» (BEn) para o desenvolvimento local sustentável das regiões europeias ajudará as comunidades locais a planearem o seu abastecimento de energia de modo sustentável, com base nos recursos de biomassa disponíveis localmente. Este projecto está a realizar-se inicialmente em quatro regiões-modelo no Reino Unido, Polónia, Alemanha e Itália.

A iniciativa «Make It Be» apoia o desenvolvimento de cadeias integradas de bioenergia em toda a Europa. A tónica neste caso reside em permitir a realização de todo o potencial de bioenergia.

Para além de constituir um exemplo prático de sucesso, a situação de Güssing assegura agora ao EEE um papel de consultor em muitas redes e projectos internacionais. Eis quatro exemplos importantes.

Além do poder económico ganho com as energias renováveis, a região está igualmente a colher benefícios inesperados do eco-turismo.

Manter o ímpeto localmente

Como é que funciona?

Güssing fez um inventário cuidadoso dos seus recursos naturais e baseou o seu programa de energias renováveis nas abundantes reservas locais de madeira e de produtos agrícolas. Assumiu a vanguarda na investigação e desenvolvimento fundando o Centro Europeu de Energias Renováveis (EEE) em 1996. Actualmente o EEE tem reputação mundial pela excelência neste domínio. Coordena todas as actividades relacionadas com a energia na região de Güssing e organiza conferências e acções de formação no domínio das energias renováveis e excursões pela Terra da Eco-Energia, a região constituída pelos 10 municípios à volta de Güssing.

O modelo de Güssing é uma rede de centrais eléctricas descentralizadas alimentadas a biomassa. Entre elas produzem electricidade para a cidade e aquecimento para as casas e os edifícios municipais.

O facto de poderem confiar totalmente nas matérias-primas locais assegura um elevado nível de valor-acrescentado aos produtores locais, bem como a gestão sustentável das florestas. Globalmente, a rede de centrais de Güssing tem uma capacidade de 24 megawatts térmicos e 4 megawatts de electricidade, fornecendo cerca de 50 000 MWh de calor e cerca de 30 000 MWh de electricidade por ano.

O modelo de Güssing é altamente transferível para outros países e mesmo para outras partes do mundo. Trata-se de uma combinação directa de recursos locais com tecnologias sustentáveis e inovadoras. O Director do EEE, Reinhard Koch, apresentou recentemente o modelo numa reunião das Nações Unidas em Viena e suscitou um grande interesse por parte do governo do Sri Lanka.

O êxito dos últimos 15 anos serviu de inspiração a outras regiões austríacas. Existe um objectivo ambicioso de conseguir até 2010 a neutralidade em termos de carbono e uma redução de 85 % das emissões de CO₂ na região circundante, onde vivem 28 000 habitantes, usando várias dezenas de centrais de biomassa.

O modelo de Güssing é um processo dinâmico em que existem sempre novos objectivos a atingir em termos de saber-fazer e de eficiência. O próximo desafio para a cidade consiste em desenvolver novos agro-combustíveis que não concorram com a produção alimentar.

«RENEWED» é o nome de um projecto que visa estabelecer uma rede europeia de distritos de bioenergia. Os estudos de viabilidade e os projectos de desenvolvimento implicarão as comunidades locais e impulsionarão a sensibilidade para as potencialidades a todos os níveis administrativos.

O projecto «Coach Bioenergie», que faz parte do programa INTERREG IVB, é um projecto novo lançado em Janeiro de 2009 para promover a utilização sustentável da biomassa na região da Europa Central.

REUNIÃO – UMA ILHA COM UMA MISSÃO

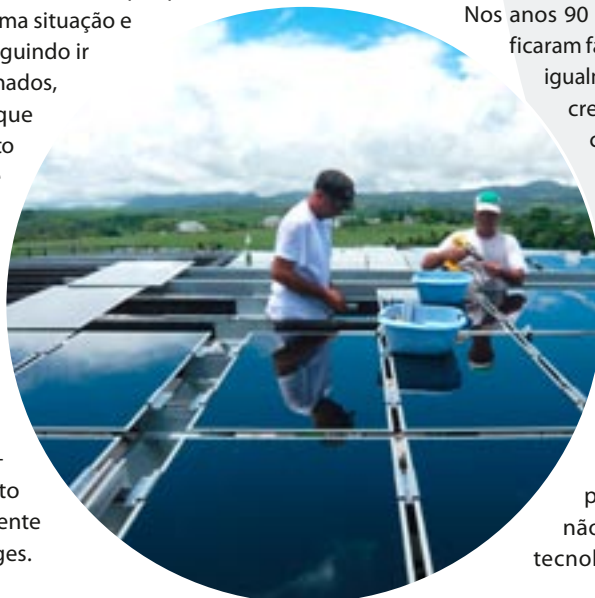
A ilha francesa da Reunião continua a ser considerada um paraíso tropical – um paraíso ameaçado. O impacto do aquecimento global é sentido aqui com intensidade, mas os habitantes da ilha estão a fazer face frontalmente a este desafio. Longe de se considerarem satisfeitos ou de se resignarem, vão entrar plenamente no mundo das energias renováveis.

A revista Panorama visita a Reunião, analisa a viabilidade do objectivo da ilha de atingir a independência energética até 2025 e aprecia a sua afirmação de que é líder mundial em energia fotovoltaica. Uma reivindicação que tem origem na visão de um homem.

Fundos regionais – apoiar um sonho, criar uma indústria

Alain Orriols vive na ilha há 21 anos e criou a sua própria empresa de materiais eléctricos pouco depois de ter chegado. À medida que a população e o comércio da ilha cresciam, o mesmo acontecia com a sua empresa e não tardou muito a expandir-se, empregando mais pessoal e celebrando cada vez mais contratos. Mas embora a reforma já lhe acenasse, Orriols criou uma nova paixão, as fontes de energia renováveis. Vendeu a empresa e reinvestiu tudo num projecto inovador. «A energia fotovoltaica pareceu-me uma boa ideia: tínhamos espaço nos telhados, sol e a necessidade de electricidade. Pensei que o melhor era reunir isto tudo», afirma Orriols.

Decidiu por isso bater à porta de algumas unidades industriais, propondo a utilização do espaço dos respectivos telhados. Não houve um entusiasmo imediato, mas ele insistiu porque achava graça andar à volta de uma situação e fazer algo funcionar. Não conseguindo ir muito longe com os grandes telhados, decidiu centrar-se em tudo o que pudesse agarrar e não levou muito tempo até os amigos, a família e vários armazéns começarem a ter painéis fotovoltaicos, fornecidos por Orriols e instalados por ele e uma pequena equipa. Tendo investido tudo o que tinha na sua nova paixão, mesmo assim não conseguia equilibrar o negócio e quando chegou o momento de decisão, lembrou-se de levar a ideia ao mais alto nível e apresentou-a ao Presidente da Região da Reunião, Paul Verges.



Dois dias mais tarde tinha o financiamento e um ano depois foi criada uma parceria com a multinacional francesa SIDEC, com a qual ganhou o prémio RegioStars de Inovação em 2009, por aquilo que durante algum tempo foi a maior concentração de painéis fotovoltaicos em território francês. A electricidade gerada pelos painéis era de 999 kWc numa superfície de 13 000 m² e correspondia ao consumo de 750 famílias da ilha.

A energia mais limpa emprega pessoas

Desde 2000, este sector já deu emprego na ilha a mais de 600 pessoas. Como salienta Philippe Berne, Vice-Presidente do Conselho Regional, pode não parecer muito, mas se projectássemos este número para a dimensão da França, daria 50 000 postos de trabalho. «É uma forma criativa de empregar pessoas», explica.

Berne tem aversão à ideia de que as energias renováveis são uma fonte de energia mais cara: «Precisamos de ter tudo em conta e os empregos criados pelo sector e o crescimento também têm de ser considerados. É preciso fazer uma análise global. Não se trata apenas de olhar para um simples balanço.» Considera que a ilha pode decidir para onde quer ir. «A primeira vista pode parecer mais caro, mas é o futuro», afirma Berne.

Dificuldades - topografia, clima e infra-estruturas

O impulso para assegurar a independência energética apresenta desafios específicos na Reunião. Ravinas, cadeias de colinas e outros obstáculos dificultam a ligação da electricidade à rede. As primeiras instalações, realizadas nos anos 80 e 90, eram relativamente modestas e serviam famílias isoladas. A ilha está igualmente numa zona ciclónica, por isso todo o equipamento nos telhados tem de tolerar temperaturas extremas e ventos que podem atingir até 280 km/h e ter um seguro completo.

Nos anos 90 os operadores e os parceiros técnicos ficaram familiarizados com a tecnologia. Estavam igualmente mais motivados, porque o número crescente de fábricas e de novas empresas colocava pressão na rede e o preço do petróleo aumentou. Foi nesta altura que a ilha reconheceu o potencial da utilização dos operadores e instaladores locais que trabalhavam há uma década no sector fotovoltaico.

Também tiveram de pensar em como aproveitar a electricidade produzida. O fornecedor francês de electricidade, EDF, não tinha condições, localmente, para receber na rede a energia dos painéis fotovoltaicos, o preço de compra não estava bem definido e o custo da tecnologia era importante.



«Sem a redução fiscal e o financiamento europeu confesso honestamente que o projecto nunca teria arrancado», diz Orriols. «As medidas fiscais e os fundos do FEDER permitiram-nos reduzir o custo das instalações e começar a ter algum lucro.» Todos os anos se assiste a um grande aumento de novas instalações e agora 10 a 15 megawatts provêm de células fotovoltaicas. Num período relativamente curto o espaço disponível foi todo aproveitado e agora a dificuldade está em encontrar novos lugares para instalar as células.

Porquê a Reunião?

A ilha tem a maior motivação possível, que é uma ideia da sua própria vulnerabilidade face ao aquecimento global. Há coisas com que os peritos concordam: os padrões climáticos extremos dão origem a um maior número de ciclones, muitos dos quais serão mais violentos do que actualmente. «Temos de ponderar o escoamento das águas e as inundações», explica Philippe Berne, Vice-Presidente do Conselho Regional.

A subida da temperatura e do nível da água do mar também constitui uma má notícia. O aumento não será de muitos graus para provocar o branqueamento dos corais e os tornar mais fracos. «Temos de ter os nossos recifes em boa forma», continua Berne. Não se trata apenas de apoiar a biodiversidade, mas também porque por trás de cada recife está uma praia e por trás de cada praia está uma aldeia. «Para manter os recifes nas melhores condições possíveis temos de gerir o escoamento das águas, tanto das inundações como das águas usadas», diz Berne.

A agricultura também será afectada pela subida das temperaturas e estão em curso experiências para determinar todos os seus efeitos nas plantações de cana-de-açúcar.

Por último, também há que ponderar as doenças. A erupção em 2005/2006 da *Chikungunya*, uma doença que causa grandes dores nas articulações e que pode ser fatal, teve 1 722 casos registados. Modelos matemáticos sugerem que podem ter sido infectadas 110 000 pessoas. Berne interroga-se se isto é um dos primeiros sinais das alterações climáticas na ilha – doenças a aparecerem em novos territórios, doenças emergentes e, pior que tudo, previsão de forte pluviosidade, que favorece transmissores de doenças como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da *Chikungunya*.

Uma análise revelou que 48 % dos gases com efeito de estufa produzidos na Reunião vêm da geração tradicional de electricidade. Os habitantes da ilha consideram haver uma

conexão evidente entre a emissão destes gases e os problemas que têm de enfrentar nas próximas décadas.

Berne considera que também há outros factores que estão a impulsionar o espírito empresarial e inovador para o actual crescimento das energias renováveis. «Temos muita sorte. Beneficiamos de financiamento europeu, que é algo que as ilhas nossas vizinhas não podem receber», refere. Um dos resultados é o nível de educação, de formação e de investigação. Frequentam a universidade 11 000 estudantes e muitas organizações de investigação francesas estão presentes na ilha.

Outro factor é o clima tolerante e multicultural, em que todas as raças e religiões se misturam livremente. «Nós somos formidáveis», diz Berne, «temos o sentimento de pertencer a um povo que é tolerante e de ter um modo de vida inter-religioso que é muito importante. Existe aqui uma unidade.»

Por último, os habitantes da ilha têm orgulho no seu património natural. Estão a ser criadas reservas e parques marinhos e existe a consciência da importância para a ilha das espécies indígenas, algumas das quais não existem em mais lado nenhum.

Todos estes factores se reúnem para fazer da Reunião um local ideal para este crescimento exponencial da utilização de fontes de energia renováveis. Isto explica igualmente o desejo dos habitantes da ilha de irem ainda mais longe e tornarem-se independentes em termos de energia nos próximos 15 anos.

E agora?

SITAR é uma empresa com enorme espaço no telhado, que arrendou 13 000 m² a Orriols. Ligada à rede, a fábrica estará operacional durante 20 anos. Muitas empresas estão a lançar-se neste negócio em expansão e estão a ser instalados dezenas de milhares de painéis só na frente marítima.

Joël Dumont, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Economia, Finanças e Indústria, vive na ilha há nove anos e está a pensar em novos locais. «Não explorámos todos os sítios», explica.

Um financiamento de 15 % e 30 % de isenções fiscais tornam o projecto rentável

O apoio do FEDER ao projecto ascende a 750 000 €

Orçamento total: 5,5 milhões de €

De momento, a maior parte dos painéis foram instalados em telhados públicos ou de empresas industriais ou comerciais. Alguns estão a ser colocados em aterros que chegam ao fim de vida. Cheios, mas demasiado instáveis para se construir neles durante os próximos trinta anos, fornecem aos painéis fotovoltaicos a superfície necessária. A exploração de antigos aterros evita recorrer a terras agrícolas ou destinadas a construção.

Futuramente os painéis podem encontrar-se no aeroporto, em zonas de parqueamento e em campos destinados ao cultivo de produtos hortícolas, trabalhando lado a lado com a agricultura. Podem ser colocados nos terrenos disponíveis e ter um duplo papel de criadores de sombra ou cobertura de passagens.

Dumont suscita um problema que está a ocupar o espírito das pessoas que impulsionam a energia solar e eólica: o armazenamento de energia. «Há um limite para a geração de energia renovável, porque quando falamos de energia solar ou de turbinas eólicas só é produzida energia se houver sol ou vento, que é aquilo com que temos de lidar.»

Portanto, o que se pretende é encontrar formas de produzir energia quando não estiverem disponíveis as fontes primárias. Uma ideia astuciosa que Dumont avança consiste em utilizar a energia excedentária durante o dia para bombear água até uma certa altura para um reservatório. Durante algumas horas da manhã e ao fim da tarde, quando é necessária energia mas não há sol, a água pode cair e pôr em movimento uma turbina. Uma excelente combinação de energia solar e hidroeléctrica.

A Reunião mostra o caminho com a ajuda dos fundos regionais

A ilha constitui um perfeito laboratório vivo. «Somos um pequeno microcosmos que pode representar um laboratório onde os resultados são facilmente analisados», explica Dumont. A sua pequena dimensão torna a ilha perfeita para projectos-piloto.

As aplicações que funcionarem podem depois ser utilizadas noutros locais que tenham algumas das características da ilha. Como refere Dumont, a ilha tem um papel a desempenhar na exportação de saber-fazer. A ilha da Reunião já está a colaborar estreitamente com a Islândia e as ilhas Havai. Dumont é claro acerca daquilo que a ilha pretende: «Queremos ser um exemplo para o Planeta.»

EXPLICAÇÃO DOS PAINÉIS SOLARES

Painéis solares monocristalinos

O primeiro tipo de painéis solares e os mais usados são os monocristalinos. Como foram os primeiros a ser produzidos, dominaram o mercado solar durante muito tempo. Normalmente são painéis de azul iridescente, com células redondas colocadas em filas uniformes e visíveis de todas as direcções. A produção dos painéis solares monocristalinos é geralmente muito cara porque exige um único cristal de silício desenvolvido através de um processo muito complicado. É por isso que os seus preços são mais elevados para os consumidores. A vantagem destes painéis fotovoltaicos é que ocupam pouco espaço, tornando-os uma boa opção para quem não dispõe de muito espaço. Embora as células sejam muito frágeis, são fixadas numa estrutura rígida e podem durar mais de 25 anos.

Painéis solares policristalinos

O segundo tipo a ser produzido foram os painéis solares policristalinos. Conhecidos igualmente por módulos solares policristalinos, são fabricados a partir de um grande bloco de inúmeros cristais de silício. Isto dá-lhes um aspecto de mosaico ou de vidro estilhaçado. E uma vez que não são fabricados a partir de uma barra única de silício, são ligeiramente menos eficientes, mas também mais baratos do que os painéis solares monocristalinos.

Painéis solares amorfos

Mais conhecidos por painéis solares de película fina, o terceiro e último tipo é muito fino e flexível, tornando os painéis leves e fáceis de manobrar. Inicialmente os painéis amorfos eram feitos fixando material fino de silício a vidro ou a aço inoxidável, o que os tornava rígidos. Mas para os tornar flexíveis e duradouros, o silício agora é aplicado entre material laminado flexível. Isto tem a vantagem suplementar de os painéis poderem ser fixados em quase todas as superfícies. Na verdade, a película fina solar é tão versátil e esteticamente tão atraente que pode substituir completamente os tradicionais telhados de ripas ou de aço. Outra vantagem reside no facto de serem os painéis mais baratos para os fabricantes e consumidores, porque são os que requerem menos silício e um processo de produção mais simples. Isto conduz igualmente ao custo mais baixo por watt de energia. Contudo, uma vez que são muito finos, os painéis solares amorfos são mais de 40 % menos eficientes do que os painéis mono e policristalinos na transformação dos raios solares em energia eléctrica.



ALTERAÇÕES DO FEDER – ESTIMULAR INVESTIMENTOS EM ENERGIA NOS EDIFÍCIOS

Para se atingirem os objectivos da Política de Coesão é essencial ter energia a preços razoáveis e que seja acessível e fiável. O aumento da eficiência energética e a utilização das energias renováveis tem benefícios sociais, económicos e ambientais e devia ser integrado em todas as estratégias de desenvolvimento regional.

Recorrendo aos fundos da Política de Coesão, as regiões podem apoiar diversas actividades, nomeadamente a produção e distribuição de energias renováveis, I&D e serviços de aconselhamento e eficiência energética para edifícios públicos, comerciais e industriais. No entanto, até há pouco esta política tinha um âmbito de intervenção limitado na habitação.

Fez parte das medidas de relançamento adoptadas recentemente a alteração do principal mecanismo de financiamento da Política de Coesão, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), para permitir mais apoio à energia sustentável no sector da habitação. Todos os Estados-Membros podem agora investir até 4 % da dotação total nacional do FEDER em eficiência energética e energias renováveis no sector residencial. As autoridades nacionais definirão as categorias elegíveis de habitações existentes de modo a apoiar a coesão social.

O desafio que se coloca agora à Política de Coesão é incentivar os Estados-Membros e as regiões a aproveitarem plenamente esta contribuição potencial para o emprego e poupanças de energia pondo em prática esta política.

Política da UE relativa ao desempenho energético dos edifícios

Está a ser discutida uma reformulação ambiciosa da **Directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios**. O âmbito desta Directiva é alargado para assegurar que todos os edifícios existentes sujeitos a importantes obras de renovação cumprem certos níveis de desempenho. Com as alterações propostas o certificado de desempenho energético torna-se um verdadeiro rótulo energético para os edifícios, incluído em todos os anúncios de venda ou de arrendamento.

Qual a importância de incentivar um maior desempenho energético e mais energias renováveis no sector residencial?

O sector da construção é responsável por aproximadamente 40 % do consumo final de energia na UE e 36 % das emissões de CO₂ dos edifícios residenciais na UE representam 2/3 desta utilização de energia e das correspondentes emissões.

Uma política de energia sustentável no sector da construção pode estimular o investimento e a inovação, melhorando a competitividade e apoiando o emprego. O aumento da possibilidade de intervenção da Política de Coesão no sector residencial constitui uma oportunidade em que todos ganham, especialmente nesta altura de crise económica.

As necessidades de investimento são grandes e os fundos limitados: como é que se pode utilizar a Política de Coesão para conseguir o máximo impacto?

Há muitos regimes públicos que podem levar a poupanças de energia e promover as energias renováveis. O financiamento pode ser concedido de muitas formas (empréstimos, subvenções, garantias, medidas fiscais, capitais próprios, etc.).

As regiões são incentivadas a explorar diferentes opções para aumentar o volume de recursos disponíveis e maximizar o efeito dos fundos da Política de Coesão.

Que apoio pode ser concedido às regiões para estruturarem e aplicarem regimes públicos de apoio ao desempenho energético e às energias renováveis?

As regiões podem recorrer ao seu orçamento de assistência técnica para orientarem a criação de regimes públicos. Devem explorar os mecanismos de concessão de assistência financeira e as exigências técnicas que garantam que os regimes conduzem a poupanças concretas de energia.

Existem em muitos países agências de energia e centros de aconselhamento que podem dar apoio às regiões para formularem regimes adequados. Já foram desenvolvidos muitos projectos com êxito e os exemplos de boas práticas podem constituir uma verdadeira inspiração.

Factores para o sucesso de regimes apoiados pelo FEDER de energia sustentável nos edifícios

1. **Assegurar um orçamento para assistência técnica** – pode ser necessário reunir um pacote eficaz de aumento da sensibilização, formação, conselheiros de energia e métodos para agregar a procura.
2. **Adaptar os regimes** e determinar categorias bem definidas de habitações elegíveis. Implicar plenamente a comunidade local, os agentes do mercado e o sector para satisfazerem as condições locais e as necessidades dos diferentes grupos-alvo.
3. **Explorar oportunidades de engenharia financeira** – tendo em conta os elevados investimentos necessários, explorar uma combinação de empréstimos e de subvenções para aumentar o volume de recursos disponíveis e maximizar o efeito dos fundos da Política de Coesão.
4. **Garantir poupanças de energia** – integrar os certificados e as disposições relativas ao acompanhamento e verificação de poupanças de energia em conformidade com os requisitos da Directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios.
5. **Explorar sinergias público-privadas** – não duplicar outros financiamentos, explorar as possibilidades de envolver as várias instituições pertinentes e de fazer parcerias com grupos da sociedade civil, nomeadamente empresas de serviços energéticos e instituições financeiras.
6. **Incentivar um apoio suplementar às energias renováveis** – para satisfazer as restantes necessidades energéticas.

APOIO DA POLÍTICA DE COESÃO À ENERGIA SUSTENTÁVEL: 2007–13

Energia eólica	788 milhões de €
Energia solar	1,1 mil milhões de €
Biomassa	1,8 mil milhões de €
Hidroeléctrica, geotérmica e outras	1,1 mil milhões de €
Eficiência energética, co-geração e gestão de energia	4,2 mil milhões de €
Total	8,9 mil milhões de €

Este quadro não mostra ainda o impacto das alterações do FEDER, que aumentará com certeza as intervenções no sector residencial.

AGIR EM CONJUNTO EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Enquanto a Comissão se centra nas políticas para reduzir as emissões futuras e desenvolve programas para lidar com as consequências das emissões libertadas no passado, o seu trabalho é complementado por inúmeras organizações e empresas. O objectivo partilhado por todos é fazer com que a nossa qualidade ambiental futura seja melhor do que o nosso passado.

O caminho até Copenhaga – perspectiva da Comissão Europeia

As alterações climáticas são um problema muito vasto, por isso a maior parte das direcções-gerais da Comissão estão envolvidas no combate aos efeitos do aquecimento global, tal como se apresentam agora, trabalhando para ajudar os Estados-Membros a adaptarem-se a situações extremas no futuro e a lutar para reduzir as emissões no presente.

A revista Panorama falou com a **Direcção-Geral do Ambiente** para ficar com uma ideia das prioridades neste momento crítico anterior à Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP15), a realizar em Copenhaga, em Dezembro.

A Conferência de Copenhaga tem uma importância especial, uma vez que vai estabelecer as regras do compromisso de combate às alterações climáticas, uma vez que o termo do Protocolo de Quioto é em 2012. O Protocolo compromete apenas os países industrializados a reduzirem as suas emissões até 2012 e numa média de apenas 5,2 % abaixo dos níveis de 1990. Esta redução não é suficiente para manter o limite da temperatura nos 2°C, por isso é necessário um novo acordo internacional sobre reduções globais mais acentuadas para o período que se segue ao termo das metas de Quioto em 2012.

Os compromissos concretos e juridicamente vinculativos da UE relativamente às reduções de emissões tornaram-na líder mundial dos governos. Em 2007, os Estados-Membros acordaram por unanimidade no Conselho Europeu da Primavera vincular-se juridicamente a reduzir unilateralmente, até 2020, as emissões em 20 % em relação às de 1990, com o desejo de as reduzir para 30 % se outros países aderissem.

A UE apresentou propostas claras para se chegar a um acordo global sobre a estabilização e depois a redução das emissões, sendo as três prioridades fundamentais:

- Metas atingidas pelos países desenvolvidos e acções adequadas adoptadas por países em desenvolvimento
- Resolução do financiamento das acções dos países em desenvolvimento (tanto para a redução das emissões de

gases com efeito de estufa como para a adaptação às alterações climáticas)

- Desenvolvimento de um verdadeiro mercado global de carbono

Verificou-se uma redução de 9,3 % das emissões de gases com efeito de estufa em comparação com 1990 na UE-27.

Para a Comissão Europeia, um dos factores decisivos será o financiamento do apoio aos países em desenvolvimento, dos quais espera uma contribuição significativa. Estes devem começar a diminuir a taxa de crescimento das suas emissões logo que possível e depois reduzirem as suas emissões em termos absolutos a partir de 2020–25. Na situação actual, os países em desenvolvimento representam 50 % das emissões globais até 2020.

Existem muitas opções políticas para os países em desenvolvimento em que os benefícios podem ultrapassar os custos, por exemplo aumentando a eficiência energética, promovendo energias renováveis, melhorando a qualidade do ar local ou capturando metano em aterros para funcionar como fonte barata de energia.

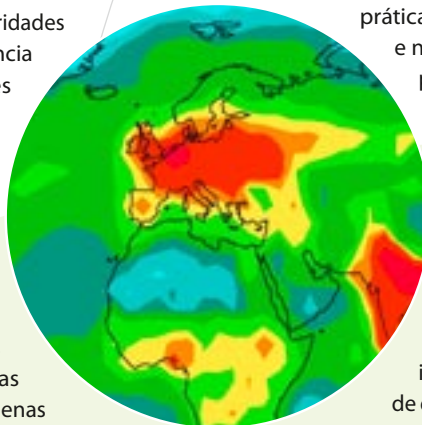
Estas políticas podem ser reforçadas pela partilha de boas práticas na concepção e planeamento de políticas e na cooperação em matéria de tecnologias. A UE prosseguirá e aumentará os seus esforços de cooperação neste contexto.

A necessidade de encontrar um meio de ajudar os países em desenvolvimento a procederem a mudanças vitais através de apoio às suas economias é clara e a Comissão Europeia espera ver em cima da mesa um pacote significativo para ajudar os países mais pobres. Existe uma necessidade inequívoca de decidir como financiar a redução de emissões e do dinheiro que é preciso gastar nos próximos três anos para arrancar e depois planear quanto será necessário nos anos seguintes. Os montantes só podem ser decididos no momento em que se souber quais são as políticas a executar.

A investigação e desenvolvimento também é uma componente importante para ajudar os países desenvolvidos e em desenvolvimento a trabalharem em conjunto. Prevê-se que o orçamento da UE para a investigação no domínio do clima, da energia e dos transportes aumente de novo depois de 2013, como aconteceu com o Sétimo Programa-Quadro de Investigação comunitário.

Quando se pergunta se está optimista, a Comissão indica que se tivermos uma possibilidade razoável de manter o aumento de temperatura abaixo dos 2°C, então as emissões de gases com efeito de estufa terão de atingir o pico antes de 2020 e depois serem reduzidas em 50 % dos níveis de 1990 até 2050. Se nada for feito é provável que a temperatura média global aumente para 4°C neste século – algo que a Comissão considera que não pode acontecer.

Se acontecerá ou não pode muito bem ser decidido este Dezembro.





Decisões baseadas em dados fiáveis

Quando o que está em jogo é tão importante, as negociações têm de basear-se em dados uniformes e fiáveis e é aqui que entra o **Centro Comum de Investigação (JCR)** da Comissão Europeia. Sedeado em Bruxelas, o Centro está igualmente presente noutros sítios da Europa, nomeadamente Ispra em Itália e Sevilha em Espanha. A sua origem remonta aos primeiros dias da investigação nuclear, mas nos anos 60 o seu mandato foi alargado para abranger uma gama mais vasta de problemas, incluindo o ambiente e a economia.

Neste contexto pode dizer-se que a Unidade de Alterações Climáticas do JRC está em posição ideal para desenvolver e analisar os últimos modelos informáticos e arquitectar cenários fiáveis das alterações climáticas. Os dados que criam são usados nomeadamente pelas Nações Unidas e por várias direcções da Comissão. Falando a partir da Unidade, o Dr. Frank Dentener explicou o papel do Centro: «Queremos que todos os decisores políticos e negociadores importantes tenham acesso aos mesmos dados. Desde os EUA ao Japão e à China, analisamos os resultados dos modelos de alterações climáticas para termos a certeza de que os dados são comparáveis.»

Na véspera de Copenhaga, vários dos institutos do JRC trabalham arduamente para desenvolverem cenários de utilização de energia e da agricultura, para citar apenas dois. As projecções daí resultantes mostrarão o que é preciso fazer para atingir as metas de emissões, quais são os melhores e os piores aspectos de certas propostas e como partilhar os encargos entre países e regiões do mundo.

Os instrumentos do comércio: imagens de satélite, modelos informáticos e análise avançada de dados quantitativos. O resultado: quando os dirigentes mundiais se reunirem em Copenhaga, as suas discussões basear-se-ão cada vez mais em dados independentes, transparentes e comparáveis, como os fornecidos pela Unidade de Alterações Climáticas do JRC. Quaisquer lacunas ou disparidades serão identificadas mais facilmente.

Energia eólica offshore, uma enorme mudança de atitude

Duração	1/7/2008 – 30/6/2011
Orçamento total elegível	5 milhões de €
Subvenção do FEDER	2,3 milhões de €

Enquanto os responsáveis políticos decidem o futuro do nosso planeta, um projecto apoiado por fundos regionais está a fazer o possível para fazer mudanças já.

O **projecto de cluster POWER** (ENERGIA) centra-se nalguns dos principais desafios com que se debate o desenvolvimento da energia eólica offshore na região do mar do Norte: aceitação social, cooperação empresarial e desenvolvimento de qualificações. À medida que as alterações climáticas são

reconhecidas como um problema que tem de ser controlado, o projecto começa a aperceber-se de uma mudança de atitude na indústria do petróleo e do gás em relação às energias renováveis, especialmente no sector eólico offshore.

Para aprofundar esta comunicação e cooperação, o projecto reúne estes sectores em conferências e feiras. Espera igualmente obter fundos para um estudo que investigue as experiências da indústria petrolífera e do gás na região do mar do Norte, tendo em conta especialmente esta indústria no Reino Unido, na Noruega e na Dinamarca e as lições e conceitos que podem ser transferidos para a indústria eólica offshore nas regiões parceiras da Dinamarca, Alemanha, Noruega e Reino Unido.

Realizações a longo prazo e formulação de políticas

O projecto teve resultados positivos em todos os países envolvidos – experiência que eventualmente será aproveitada no processo de tomada de decisões a nível nacional e internacional. O projecto foi tido em conta na consulta do governo britânico para o Livro Branco sobre a Energia, assim como na revisão da Erneuerbare-Energien-Gesetz (Lei das fontes de energia renováveis) na Alemanha.

O projecto de *cluster* POWER também colaborou estreitamente com o projecto BALTCOAST no Báltico, explorando aquilo que rapidamente se está a tornar uma questão central na gestão da utilização dos mares e do ordenamento do território. Cooperou num quadro de utilização internacional coordenada das zonas hídricas offshore, o conceito que está por detrás de um registo espacial transnacional e uma estratégia de utilização.





Ligações da Comissão Europeia

Página inicial da Direcção-Geral da Política Regional
http://ec.europa.eu/regional_policy/index_pt.htm

Plano Estratégico para as Tecnologias Energéticas
http://ec.europa.eu/energy/technology/set_plan/set_plan_pt.htm

Capitais europeias verdes
http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_pt.htm

Regulamento FEDER depois da alteração relativa ao desempenho energético
<http://www.europarl.europa.eu/oeil/FindByProcnum.do?lang=en&procnum=COD/2008/0245>

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:126:0003:0004:PT:PDF>

http://www.greenovate-europe.eu/content/press_release

Ligações para as alterações climáticas da UE

http://ec.europa.eu/environment/climat/home_pt.htm

<http://ec.europa.eu/environment/climat/campaign/index.htm>

http://ec.europa.eu/climateaction/index_pt.htm

Ligações para projectos/organizações mencionados neste número

Explicação do economista Jeremy Rifkin do conceito de Terceira Revolução Industrial

<http://www.foet.org/lectures/lecture-hydrogen-economy.html>

<http://thirdindustrialrevolution.ning.com/>

Odersun – células fotovoltaicas de película fina

<http://www.odersun.de/index.php?lang=en>

Projecto INCENDI – luta contra os incêndios florestais

<http://www.interreg3c.net/pdfdata/3S0132R.pdf>

Reunião, solução fotovoltaica para auto-suficiência energética

http://ec.europa.eu/environment/etap/inaction/showcases/france/415_pt.html

Centro Comum de Investigação

<http://ec.europa.eu/dgs/jrc/index.cfm>

Projecto ESPACE – Ordenamento do Território Europeu: adaptação aos fenómenos climáticos

<http://www.espace-project.org/>

Projecto de *cluster* POWER

<http://www.power-cluster.net/>

Estação de Investigação da Antártica, neutra do ponto de vista do carbono

www.antarcticstation.org

Boletim do projecto de *cluster* POWER

<http://www.power-cluster.net/Newsandevents/POWERclusternewsletter/tabid/694/Default.aspx>

Programa da Região do Mar do Norte

<http://www.northsearegion.eu/ivb/home/>

Popakademie

<http://www.popakademie.de/index.php?id=1115>

Centre for NanoHealth da Universidade de Swansea

<http://www.swan.ac.uk/nanohealth/>

Musikpark - Mannheim

<http://www.musikpark-mannheim.de/web09/>

Informação sobre as avaliações *ex post*:

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/evaluation/rado2_en.htm

Centro Europeu de Energias Renováveis

<http://www.eee-info.net/cms/>

Organizações em rede da Política Regional

<http://www.interreg4c.eu/>

<http://www.espon.eu/>

<http://urbact.eu/>

Outras ligações úteis

Sítio verde para estabelecimento de contactos:

<http://www.play4climate.eu/index.php?lang=en>

Ligação para os principais sítios web do próximo número

Rede Inform da DG Regio

http://ec.europa.eu/regional_policy/country/commu/index_en.cfm

UM NOVO COMISSÁRIO DA POLÍTICA REGIONAL – APRESENTAÇÃO DO DR. PAWEL SAMECKI



O Dr. Samecki tem formação económica e foi Director do Departamento Internacional do Banco Nacional da Polónia, onde era responsável pelas relações externas do Banco. Foi igualmente Governador suplente do Banco Mundial pela Polónia, membro do Comité Económico e Financeiro (sub-ECOFIN) e membro do Comité de Relações Internacionais do Banco Central Europeu.

Nas suas próprias palavras ...

«A Política Regional europeia promove o desenvolvimento equilibrado da União e visa reduzir as disparidades socioeconómicas das suas regiões.

Focada acentuadamente nas regiões menos desenvolvidas, esta política investe em toda a UE para melhorar o funcionamento do mercado único e permitir que os nossos cidadãos, onde quer que

vivam, beneficiem plenamente da integração económica. Investe igualmente na modernização das infra-estruturas, na inovação, no apoio às pequenas e médias empresas e na "economia verde", a fim de aumentar a competitividade global da Europa.

A Política Regional contribui para o crescimento e a criação de emprego nas regiões, aproveitando ao máximo os seus pontos fortes e o seu potencial. Esta política é igualmente um instrumento fundamental de apoio à economia real nos actuais tempos de crise.

Como Comissário responsável pela Política Regional, tenho duas tarefas principais pela frente. Em primeiro lugar, continuar a simplificar esta política e acelerar a execução dos projectos no terreno, para que as regiões beneficiem a longo prazo e de forma sustentada. Segundo, elaborar um documento de referência sobre o futuro desta política, com base no debate iniciado pela minha antecessora, a Comissária Danuta Hübner. Considero que esta política tem de continuar a evoluir para assegurar que as regiões da UE estão preparadas para enfrentar os desafios actuais e dos próximos anos.»

Avaliação *ex post*

Já estão disponíveis os primeiros resultados da avaliação *ex post* dos programas de 2000-06 da Política de Coesão europeia. A DG REGIO lançou a avaliação do FEDER em 2007, com 12 pacotes interligados sobre diferentes aspectos desta política. Tudo isto culminará numa síntese a publicar no início de 2010. Será lançada brevemente uma avaliação do Fundo de Coesão, com resultados previstos em 2011.

O objectivo das avaliações é demonstrar os efeitos desta política e compreender o que funciona e não funciona e porquê. Os dados são discutidos pela Comissão, Estados-Membros, regiões e outros intervenientes, a fim de se poder melhorar a política no futuro.

Em Junho de 2009, a DG REGIO convidou os avaliadores de três pacotes de avaliação a apresentar as suas conclusões sobre os sistemas de execução, os efeitos do FEDER nas questões de género e da demografia e a eficácia dos grandes projectos. A audição envolveu representantes dos Estados-Membros e académicos. Trata-se do início de um debate que terá continuidade nos Open Days (sobre os programas do ambiente, transportes e URBAN) e noutros eventos que se realizarão ainda este ano

Comissão Parlamentar Regi

Já foram anunciados os novos membros da Comissão Parlamentar Regi. Será presidida por Danuta Hübner, antiga Comissária responsável pela Política Regional. Os Vice-Presidentes são: Sr. Georgios Stavrakakis, Sr. Markus Pieper, Sr.ª Feliz Hyusmenova e Sr. Michail Tremopoulos.

Esta Comissão é responsável pelas Políticas Regional e de Coesão, em especial:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e outros instrumentos da Política Regional da União;
- avaliação do impacto de outras políticas da União na coesão económica e social;
- coordenação dos instrumentos estruturais da União;
- regiões ultraperiféricas e ilhas, bem como cooperação transfronteiriça e inter-regional;
- relações com o Comité das Regiões, organizações de cooperação inter-regional e relações com as autoridades locais e regionais.



A nossa actualização regular de... Em cada edição, a revista Panorama descobre que dois projectos são inseparáveis da perspectiva das pessoas que os gerem. Passamos em revista os pontos fortes e fracos da gestão dos projectos financiados pelo FEDER. Resultado: identificamos os problemas e partilhamos as soluções.



PROJECTO 1

POR DENTRO DA POPAKADEMIE

Mannheim não tem apenas o Musikpark (2 000 m²), porque é lá que está a única universidade alemã com licenciaturas em música moderna: a Popakademie, Universidade de Música Popular e Gestão Musical. Esta edição da revista Panorama visita a Popakademie, projecto gémeo do Musikpark, o nosso destino normal.

Factos e números

Contribuição do FEDER: 2,6 milhões de €
Co-financiamento nacional: 776 000 €

Mannheim – uma cidade que se reinventou

Confrontada com o problema de passar de um centro industrial para uma cidade baseada numa economia moderna e viável, Mannheim teve a intuição de adoptar a indústria da música e acolhe actualmente o Musikpark e a Popakademie. Esta transição da indústria transformadora para a música foi uma ideia do Dr. Kurz, então vereador da cultura e actualmente Presidente da Câmara.

A cidade entregou-se a esta mudança com entusiasmo, explica Udo Dahmen, Director da Popakademie: «Mannheim sempre foi preferida pelos músicos e alguns dos maiores espectáculos alemães realizam-se aqui.» As autoridades civis reconhecem a importância do talento, da tolerância e da técnica. A cidade tem o talento e a tolerância é manifesta na forma como absorveu a maior população imigrante turca na Alemanha fora de Berlim e acolhe 160 nacionalidades diferentes. Portanto, agora está a promover a técnica e é aqui que surgem a Popakademie e o projecto do Musikpark, que lhe está ligado.

Forte concorrência para os cursos da Popakademie

Com cerca de 700 jovens esperanças em busca de 200 lugares, a Popakademie só admite os melhores: «Procuramos pessoas talentosas e especiais», explica Dahmen. A indústria *pop* não é vulgar e a universidade só selecciona aqueles que acha que têm capacidade para poderem singrar assim.

Uma vista de olhos pelo que se oferece explica a popularidade da universidade, que gere dois cursos: o curso de gestão musical é a porta de entrada para gestores de espectáculos e de carreiras e abrange marketing e produtores de artistas. A maior empresa alemã de gravações, a Universal, transferiu o seu programa educativo de Berlim para Mannheim e este departamento trabalha igualmente com a MTV, Sony e AOL. Para quem está mais interessado no palco, também existe um curso de concepção de música *pop*. Este curso começa por apoiar o desenvolvimento criativo dos artistas, mas dá-lhes igualmente uma base firme em matéria de negócios – não é provável que os alunos da Popakademie sejam

vítima de gestores pouco escrupulosos. Por último, a acompanhar os tempos, existe também um curso de gestão em inovação digital, que dá aos estudantes uma base da indústria digital, questões de propriedade intelectual e marketing na Internet. Este curso faz parte do Departamento de Actividades Empresariais.

«O facto de sermos uma universidade por direito próprio permite-nos ser flexíveis e acompanhar a indústria para que estamos a preparar os nossos estudantes», explica Dahmen.

Os três anos compensam: dois estudantes andam em *tournee* com a cantora britânica Sarah Brightman, outro tem um disco no *top 40* dos EUA e 90 % dos primeiros diplomados do curso de gestão musical têm permanentemente trabalho. É difícil avaliar a situação em relação aos músicos, mas parece que 85 % estão empregados na indústria que escolheram.

Dirigir a Popakademie

A universidade tornou-se tão popular que vai ter de alargar o seu edifício principal, acrescentando mais dois andares para receber cursos de pós-graduação. «É evidente que temos de avançar nessa direcção», refere o Director.

Dahmen é muito claro quando afirma que sem a ajuda do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) a Akademie poderia nunca ter sido criada. O financiamento para o edifício principal da universidade foi de 1,7 milhões de € e agora vai beneficiar de um segundo edifício que recebeu quase 1 milhão de € do FEDER. Em conjunto são 2 500 m² e salas de ensaios e estúdios com as últimas tecnologias. «Um investidor privado não investiria assim e além disso uma universidade deve investir em investigação. A qualidade do equipamento e das instalações é essencial», explica Dahmen.

A Akademie é uma parceria privada/pública, sendo 75 % propriedade da cidade e do Estado e o resto dividido por um conjunto de empresas. A BASF é um dos patrocinadores. «Temos ligações estreitas com eles. A empresa tem 32 000 empregados e sempre sentiu necessidade de investir nos seus trabalhadores. Este investimento assume muitas vezes a forma de actividades culturais, nomeadamente concertos», afirma Dahmen.

Embora seja verdade que o apoio foi fundamental para o sucesso da iniciativa, Dahmen também está convicto de que o processo de candidatura aos fundos europeus pode ser simplificado. «Tenho de contratar pessoal administrativo só para manter a papelada em ordem», refere. E embora a pesquisa de documentos se possa tornar extensa, tentar enquadrar o projecto naquilo que a UE procura financiar pode ser uma dificuldade. «Por vezes nem podemos deixar que o projecto fale por si mesmo. Talvez porque se trata de uma montagem pouco habitual, muitas vezes sinto que tenho de adaptar o que estamos a fazer a um conjunto de critérios pré-existentes.»



PROJECTO 2

POR DENTRO DO CENTRE FOR NANOHEALTH (CNH) DA UNIVERSIDADE DE SWANSEA

Edifício de ponta agora aprovado

A confirmação no início de Julho significa que a construção de um edifício de ponta para alojar o CNH vai começar ainda este ano. Serão investidos 34 milhões de € no Instituto de Ciências da Vida, dos quais 14,8 foram atribuídos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – Objectivo da Convergência. O Dr. Tim Claypole, membro do Comité Executivo, contacto regular da revista Panorama, está ocupado com os números. «É fantástico poder avançar e sentir que esta próxima fase está assegurada», explica. «Agora temos de ter a certeza das especificações e qual a melhor maneira de distribuir o orçamento.»

Embora o edifício continue desesperadamente apenas no papel, o número exacto de condutas de ventilação e como dividir o espaço das salas até ao metro quadrado nunca estiveram em questão. Mas com o edifício prestes a passar de um conceito de arquitectos para a realidade dos construtores, de repente cada coluna conta e a dimensão exacta das salas torna-se crucial. «Sei de casos de unidades industriais importantes que foram divididas em fracções demasiado pequenas para receber o equipamento que era suposto acolherem», refere Claypole.

Agora têm uma ideia mais clara do que precisam e as especificações vão mudar ligeiramente – salas limpas e maiores e ventilação suplementar pode fazer aumentar os preços e Claypole está a analisar os resultados das propostas. «Algumas podem ser 30 % inferiores à proposta mais alta, mas depois temos de dar atenção a eventuais custos escondidos. Portanto, algo que pareça mais barato no papel pode acabar por ser mais caro a longo prazo.»

Serão dois anos muito exigentes, no fim dos quais a universidade terá um Centro de Ciências da Vida capaz de igualar qualquer outro em qualquer parte da Europa.

Velho orçamento, novos fundos – rever as dotações

Quando o financiamento foi distribuído e depois demora dois anos a chegar, pode ter-se a certeza de que os números não vão estar certos e que é preciso reformular o orçamento. «É uma questão de fazer corresponder o equipamento àquilo que pode ser entregue», explica. Responsável por dar assistência a um certo número de empresas e pela criação de alguns produtos, Claypole concentra-se em trazer o equipamento prioritário para satisfazer essas metas.

Uma surpresa muito agradável foi o facto de se encontrarem algumas peças do equipamento necessário na Ebay. «Uma vez que se trata de leilões sujeitos a concorrência, cumprimos as regras da UE e o resultado são boas máquinas a excelentes preços.» Mesmo quando se tem em conta o custo das reparações, o equipamento ainda chega mais barato do que comprado novo. «No actual contexto económico fundições especializadas de silício estão a falir ou a passar para outros processos, por isso aparecem peças surpreendentes», explica Claypole. Numa altura em que se

O CNH reúne o mundo académico, o sector privado e o Serviço Nacional de Saúde e tem como objectivo aplicar as nanotecnologias à detecção de doenças e à identificação dos tratamentos adequados.

Factos e números

Vão ser investidos mais de 21 milhões de € no Centre for NanoHealth no âmbito do Objectivo da Convergência. O financiamento teve início em 2009 e prolonga-se por mais de cinco anos.

encontra ocupado a fazer contas para adaptar o seu orçamento, esta fonte inesperada de material veio mesmo a calhar.

Enquanto o financiamento já pode estar resolvido, a procura das pessoas certas para a equipa nunca é fácil. Quando se trata de encontrar pessoas no domínio da impressão de plástico para a electrónica, a necessidade de especialistas pode constituir um desafio. O projecto recrutou alguns dos seus membros graças a «caçadores de cabeças», mas a procura de outros prossegue nos Estados e por todo o lado. Como refere Claypole, «temos de descobrir as pessoas de que precisamos».

Uma descrição do emprego – transformar conceitos em realidade

As pessoas recrutadas vão desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias de ponta na Europa. São as universidades que desenvolvem os conceitos, mas é o Centre for NanoHealth que funciona como a articulação entre a teoria e a produção de massa. A função do Centre é pegar numa ideia desenvolvida teoricamente e transformá-la num produto. Depois as empresas transformam o conceito, já demonstrado pelo Centre, em produção de massa.

A equipa de Claypole também está a virar-se para a iluminação com baixa energia, em ligação com o Instituto Holst de Eindhoven. Financiado pelo Sétimo Programa-Quadro de Investigação da UE, este projecto envolve trabalho com a Philips na impressão de electrónica baseada em polímeros como alternativa ao silício. «Um dos desenvolvimentos verdadeiramente interessantes será a possibilidade de integrar a electrónica dos polímeros no domínio clínico», explica.

Para Claypole, é a exploração de teorias tecnologicamente avançadas através da partilha de saber-fazer entre institutos de investigação que faz com que valha a pena trabalhar com os criadores.

«O importante é desenvolver qualquer coisa graças à combinação de conhecimentos e depois obter a tecnologia nos laboratórios e passá-la para as empresas, mostrando-lhes em seguida como podem fabricar o produto», explica Claypole.



COMUNICAÇÃO – BOM PARA O PLANETA

Comunicação – bom para o Planeta

A agenda das alterações climáticas foi integrada em todos os aspectos da Política Regional da UE e é um elemento fundamental do funcionamento e da integração dos programas. Há várias redes e programas que cobrem diferentes aspectos da Política Regional, ajudando as pessoas a partilharem os seus conhecimentos e a criarem uma ligação entre diversos tipos de investimento. Neste número da revista Panorama olhamos mais de perto para o ESPON, URBACT e INTERREG.

ESPON (Observatório Europeu do Ordenamento do Território)

O ESPON tem três aspectos fundamentais do seu trabalho relacionados com as alterações climáticas. Monitoriza o impacto das alterações climáticas nos diferentes tipos de paisagens em toda a UE, assegura que as alterações climáticas são incluídas no processo de tomada de decisões e apoia projectos de energias renováveis.

«As alterações climáticas fazem parte integrante do programa ESPON 2013, uma vez que estas são uma tendência global que afecta o desenvolvimento territorial em toda a Europa», refere Peter Mehlbye, Director da Unidade de Coordenação do ESPON.

«O nosso projecto de alterações climáticas vai analisar de perto o impacto do clima na competitividade e na coesão regional nos diferentes tipos de territórios e na Europa no seu conjunto».

Orientação Futura para as Cidades (FOCI)

Financiamento do FEDER: 748 000 €

Orçamento total: 999 000 €

Duração: Setembro de 2008 – Setembro de 2010

Neste estudo, o ESPON analisa como as grandes cidades e aglomerações se desenvolvem e qual o seu impacto no ambiente. As grandes zonas urbanas são um ponto central do crescimento económico e são essenciais para atingir muitos dos objectivos da Estratégia de Lisboa para o emprego e melhoria dos níveis de vida. Ao mesmo tempo podem ser vistas com maior preocupação por quem aplica as políticas ligadas à sustentabilidade, como a Carta de Leipzig sobre as Cidades Sustentáveis.

O estudo FOCI analisará o impacto ambiental do desenvolvimento do interior das cidades, mas analisará



RegEnergy

Factos e números:

- Contribuição do FEDER: 831 000 €
- Orçamento total: 1,2 milhões de €

Duração: Abril de 2005 – Setembro de 2007

Olhemos para a alimentação das nossas caldeiras e pensemos em como os sistemas de aquecimento europeus precisam de progredir. Actualmente assiste-se a um aumento da procura de sistemas de aquecimento e arrefecimento que tenham em conta os factores climáticos e as maiores expectativas em termos de nível de vida. Mas esta procura está também a provocar um aumento dos custos e a testar as credenciais ambientais das nossas reservas principais.

O projecto RegEnergy, finalista dos prémios RegioStars em 2009, ajuda todos os intervenientes do sector do aquecimento a beneficiarem de ideias inovadoras e de novas tecnologias na UE. Trata-se de uma rede de informação que reúne 18 parceiros em 11 países para promover reservas seguras de fontes de energia renováveis e ao mesmo tempo reduzir as disparidades regionais relacionadas com o abastecimento e a utilização de energia.

Os principais objectivos do projecto foram:

- a criação de uma rede de regiões inovadoras no domínio do aquecimento e do arrefecimento;
- a disseminação de políticas de boas práticas e de informações sobre financiamentos disponíveis, bem como apoio à reprodução do projecto noutras zonas;
- a identificação de experiências inovadoras a nível municipal e de políticas que visam a reestruturação sustentável do sector do aquecimento.

As pessoas visadas incluíam decisores e planificadores municipais e regionais, sociedades regionais e municipais de distribuição de energia e empresas, autoridades e serviços regionais responsáveis pelo desenvolvimento, bem como todos os que tinham possibilidade de proceder à reprodução do projecto em qualquer lado, como as associações municipais e regionais.

Um grande êxito foi o desenvolvimento de um dispositivo *web* para os decisores municipais e regionais, reg-energy.org, para os ajudar a procurar exemplos de boas práticas no domínio das políticas e do financiamento e a desenvolver formas adequadas de pôr em prática projectos de aquecimento e de arrefecimento sustentáveis nas suas regiões e comunidades.



também o crescimento da periferia das zonas urbanas e os desafios que coloca. Será combinada a experiência da periferia urbana obtida no passado com novos conceitos em matéria de sustentabilidade para promover o desenvolvimento urbano que seja positivo para a economia e para o ambiente.

ReRISK

Financiamento do FEDER: 524 000 €

Orçamento total: 700 000 €

Duração: Julho de 2008 – Julho de 2010

Este estudo de dois anos centra-se nas oportunidades de desenvolvimento de mais fontes de energia renováveis. Realizou-se num contexto de aumento dos preços da energia e de eventual escassez energética e aproveita as metas de sustentabilidade acordadas pelos ministros da UE na agenda territorial de 2007. Produzirá elementos de prova sólidos e equilibrados sobre o impacto regional do aumento do custo dos combustíveis e de como é que por sua vez os seus efeitos se reflectem na competitividade e na coesão das regiões europeias a longo prazo.

URBACT

O URBACT assegura, no domínio do desenvolvimento urbano, que os principais parceiros dos projectos têm oportunidade de comunicar e trocar informações quando aplicam ideias inovadoras nos seus próprios projectos especializados.

O trabalho em si mesmo repousa inteiramente nas cidades que recebem financiamento da UE e as prioridades são estabelecidas pelas comunidades e pelas empresas. O URBACT intervém a montante na cadeia política, financiando 28 redes que criam oportunidades de comunicação entre 181 cidades e 5 000 participantes em toda a UE, bem como na Noruega e na Suíça. Cada rede abrange temas económicos, sociais e ambientais e é dirigida por uma organização que é o parceiro principal e por um perito principal.

INTERREG IVC

Orçamento do FEDER: 321 milhões de €

Os programas INTERREG continuam a explorar a cooperação entre as regiões e os Estados-Membros, no quadro do compromisso da UE de conseguir maior valor acrescentado para os contribuintes. Este programa específico centra-se na inovação e no ambiente para 2007–13 e está estreitamente ligado à atenção dada a nível da UE ao crescimento sustentável, à inovação e ao emprego, no âmbito da chamada Estratégia de Lisboa renovada. Parte dos benefícios resultam de uma troca mútua de conhecimentos, enquanto noutros casos as regiões menos experientes podem ser associadas a outras mais avançadas. Esta cooperação abre sobretudo caminho a boas práticas na gestão de programas integrados de desenvolvimento. «Atendendo a

que os efeitos das alterações climáticas não respeitam as fronteiras, é evidente que a cooperação inter-regional pode trazer valor acrescentado», diz Michel Lamblin, Director do programa INTERREG IVC. «As regiões podem partilhar experiências, fazer um levantamento do que já existe noutros sítios e conceber a resposta mais adequada para a sua região. Para a região envolvida é uma economia de tempo e de dinheiro evidente.»

Os projectos INTERREG IVC caracterizam-se por dois grandes temas: primeiro, os relacionados com a inovação e a economia do conhecimento e, segundo, os projectos relativos ao ambiente e à protecção dos riscos. Nesta segunda categoria estão a ser analisadas muitas questões inovadoras, nomeadamente a gestão das florestas e as fontes de energia renováveis.

FUTUREforest

As florestas desempenham um papel vital na manutenção do equilíbrio ambiental e podem ser igualmente uma via para muitos melhoramentos. O projecto FUTUREforest reúne as autoridades responsáveis pela gestão das florestas em oito regiões para partilhar informações sobre muitas questões práticas, como a expansão da biodiversidade, o melhoramento do equilíbrio entre a água e a estrutura do solo e a obtenção de rendimentos dos produtos da floresta. A colaboração destes intervenientes irá impulsionar entre si o nível de boas práticas e fornecer orientações estratégicas para futuras decisões políticas. Globalmente, este projecto conta com 1,9 milhões de € (FEDER 1,5 milhões) durante três anos.

RegioClima

As alterações climáticas estão a ocorrer, quer queiramos quer não, e o projecto RegioClima pretende contrariar a adversidade encontrando meios de adaptação às alterações. Foram atribuídos quase 2 milhões de € (FEDER 1,6 milhões) aos oito parceiros deste projecto, para identificarem a melhor forma de adaptação às alterações climáticas e como integrar novas abordagens nos seus programas de desenvolvimento regional.





ÚLTIMA EDIÇÃO

A última edição da revista Panorama abordou a Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico. Com 8 000 km de costa partilhada por oito Estados-Membros da UE, a situação do mar Báltico em termos ambientais continua a agravar-se. Em Junho de 2009 a Comissão adoptou a Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico, que pretende tornar esta parte única da Europa ambientalmente sustentável, próspera, acessível, atractiva e segura. Esta estratégia também constitui um primeiro passo importante para a execução regional da Política Marítima Integrada. Embora a estratégia em si mesma não tenha um financiamento próprio, o Báltico beneficiará de mais de 44 mil milhões de € no quadro da Política Regional e de outros financiamentos da UE entre 2007 e 2013. Novos projectos coordenarão o trabalho de muitas pessoas e organizações envolvidas na região. Os projectos irão tocar em muitos aspectos da vida diária na região e contribuirão, por exemplo, para reduzir os elevados níveis de poluição do mar, melhorar os sistemas de transporte e as redes de energia e reforçar a protecção contra grandes emergências no mar e em terra. A Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico foi enviada ao Parlamento e ao Conselho para discussão e aprovação.

http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/baltic/index_en.htm

PRÓXIMA EDIÇÃO

A próxima edição tratará o tema da Comunicação da Política Regional da UE: o aumento da transparência e da visibilidade desta política foi um elemento fundamental da reforma da Política de Coesão para 2007-13. No próximo número da revista Panorama mostraremos exemplos inovadores e bem sucedidos de actividades de comunicação nas 271 regiões da UE. Serão abordadas questões como comunicar com êxito quando se dispõe de um pequeno orçamento, como tirar o máximo proveito dos meios de comunicação social, quais os requisitos da comunicação e qual a importância de uma comunicação eficaz para a Política Regional. Dois jornalistas regionais dirão que tipo de informações precisam para contar o seu caso e um funcionário responsável por um programa de comunicação com um orçamento reduzido partilhará as suas ideias sobre como chamar a atenção dos meios de comunicação social.

Escreva para regio-panorama@ec.europa.eu e relate-nos a acção de comunicação em que teve maior êxito ou então diga-nos apenas quais os elementos da Política Regional que chamam a sua atenção neste momento.

DATAS	EVENTO	LOCAL
1 de Outubro de 2009	Conferência: «Como é que a Política de Coesão apoia o desenvolvimento rural?» http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_en.cfm	Bruxelas (BE)
5–8 de Outubro de 2009	Open Days – Semana Europeia das Regiões e Cidades: Desafios Globais, Respostas Europeias http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/od2009/	Bruxelas (BE)
15 de Outubro de 2009	Conferência da Presidência Sueca sobre Ambiente, Alterações Climáticas e Segurança – Enfrentar os Desafios http://www.se2009.eu/en/meetings_news/2009/10/15/conference_on_environment_climate_change_and_security	Estocolmo (SE)
15 de Outubro de 2009	Seminário: «Política de Coesão, Inovação e Estratégia do Mar Báltico a nível local» http://www.in.ee/	Tallin (EE)
15–16 de Outubro de 2009	Conferência Internacional: «Rede Ecológica nos Alpes – uma resposta às alterações climáticas que conserve a biodiversidade?» http://www.alparc.org/event-calendar/events-of-alparc	Berchtesgaden (DE)
27–29 de Outubro de 2009	Simpósio Internacional: «Estratégias de Adaptação às Alterações Climáticas nas Regiões da Europa» http://www.regional-climate.eu/	Dusseldórfia (DE)
30 de Outubro de 2009	Seminário: «Crescimento e competitividade através dos recursos de energias renováveis» http://www.pohjois-savo.fi/	Kuopio (FI)
30 de Novembro – 1 de Dezembro de 2009	Conferência: «Novos métodos de avaliação da Política de Coesão: promover a responsabilidade e a aprendizagem» http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/evaluation2009/index_en.htm	Varsóvia (PL)
7–18 de Dezembro de 2009	Conferência das Nações Unidas sobre as alterações climáticas (COP15) http://en.cop15.dk/ http://unfccc.int/	Copenhaga (DK)
10–12 de Dezembro de 2009	Conferência da Presidência Sueca sobre a Política de Coesão e o Desenvolvimento Territorial http://www.se2009.eu/kiruna10december	Kiruna (SE)
21–22 de Maio de 2010	Conferência anual das Regiões e a Mudança Económica e prémios RegioStars 2010 http://ec.europa.eu/regional_policy/cooperation/interregional/ecochange/index_en.cfm	Bruxelas (BE)

Descubra os principais eventos da Política Regional no sítio web:
http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/agenda/index_en.cfm

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

A revista Panorama agradece os seus comentários e as suas questões. O tema da próxima edição é a comunicação da Política Regional.

Gostaríamos que ter a sua opinião. Fale-nos das suas realizações em matéria de comunicação, de dispositivos eficientes de comunicação ou mesmo de experiências menos bem conseguidas ou de dificuldades com que se deparou ao tentar dar visibilidade a projectos co-financiados. Seleccionaremos alguns dos seus comentários e das suas questões e submetemo-los a peritos nesta matéria na nossa nova secção «Resolução de problemas». Se preferir, dê-nos a conhecer quais os aspectos da Política Regional que atraem a sua atenção neste momento. Portanto, se tiver alguma coisa para dizer, não hesite, escreva-nos. Contacte-nos para colocar quaisquer questões ou expressar os seus pontos de vista sobre este ou qualquer outro assunto da Política Regional através do endereço electrónico:

regio-panorama@ec.europa.eu

KN-LR-09-031-PT-C

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2009
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

Impresso na Bélgica

SERVIÇO DAS PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA
L-2985 Luxembourg

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Unidade B.1 - Comunicação, Informação e Relações com Países Terceiros
Raphaël Goulet
Avenue de Tervueren 41, B-1040 Bruxelas
Fax: (32-2) 29-66003
Correio electrónico: regio-info@ec.europa.eu
Sítio web: http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm



■ Serviço das Publicações